

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de  
Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de  
Negócios, SA.**

16.<sup>a</sup> Reunião  
(22 de junho de 2012)

---

**SUMÁRIO**

O Sr. Presidente (Telmo Correia) declarou aberta a reunião às 14 horas e 16 minutos.

Foi ouvido, em audição, o Sr. Dr. João Meira Fernandes, ex-Administrador do BPN, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Basílio Horta (PS), Hugo Velosa (PSD), Honório Novo (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Afonso Oliveira e Hugo Lopes Soares (PSD), Ana Catarina Mendonça (PS) e João Semedo (BE).

(...)

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 21 horas e 44 minutos.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Srs. Deputados, declaro aberta a reunião.

*Eram 14 horas e 16 minutos.*

Srs. Deputados, enquanto esperamos pelo Sr. Deputado João Semedo para termos quórum de funcionamento, informo que recebi um contacto da Dr.<sup>a</sup> Maria João chamando-me a atenção para o facto de o Sr. Presidente Vitalino Canas poder ter necessidade de que eu presidisse no início dos nossos trabalhos, sendo certo que fiquei à espera dessa confirmação, a qual não obtivemos até agora. Mas, dadas as circunstâncias, uma vez que há duas audições e que teremos trabalhos longos, sugiro que comecemos a reunião, se não houver oposição de nenhum dos Srs. Deputados.

Tenho indicação de que há dois Srs. Deputados — os Srs. Deputados Basílio Horta e Honório Novo — que gostariam de usar desde já da palavra.

Portanto, dou a palavra ao Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, é uma breve declaração relativamente à informação que tivemos sobre as três pessoas que tínhamos pedido para virem depor a esta Comissão e que se concluiu que tinham processos-crime pendentes na Procuradoria-Geral da República.

O Partido Socialista, quando fez o requerimento para essas pessoas virem depor a esta Comissão, tinha um objetivo muito claro que, aliás, disse-o desde o primeiro momento. É que não parecia correto que todos os focos incidissem novamente sobre a supervisão, a nacionalização, a privatização e ficassem esquecidos, para o País, para os eleitores, os verdadeiros culpados causadores do buraco do BPN e que causam sacrifício aos contribuintes. Daí que nós, de uma forma simbólica,

tivéssemos pedido que três das caras mais ligadas à vida do BPN aqui viessem para prestar esclarecimentos sobre opções e operações pelas quais foram responsáveis.

Por sugestão do PSD, foi dito que era importante ouvir a Procuradoria-Geral da República no sentido de saber se havia ou não processos-crime pendentes contra estas entidades e nós achámos bem que fosse assim feito.

O resultado foi que há processos-crime relativamente a essas entidades e, perante esta circunstância, entendemos não os ouvir neste momento. Não se trata propriamente de abdição, trata-se de não os ouvir. E porquê? Por dois motivos. Em primeiro lugar, porque nós entendemos — a questão é ética — que um processo-crime para um cidadão é das coisas mais graves que lhe pode acontecer e, conseqüentemente, não deve ser feito nada que possa beneficiar ou prejudicar a investigação criminal em curso — esse é um aspeto essencial. A vinda de arguidos a esta Comissão para se pronunciarem sobre, exatamente, a mesma matéria que está a ser objeto da investigação criminal é suscetível de prejudicar a sua defesa ou de prejudicar a investigação criminal a que estão sujeitos.

Por isso, nós entendemos — e eu tive muita responsabilidade nessa decisão, se alguém a tem dentro do PS assumo-a inteiramente — que não devemos ouvir pessoas que, sobre os mesmos factos, estejam a ser objeto de investigação criminal.

Sempre se poderia dizer que não é obrigatório que as pessoas respondam. Aliás, tivemos aqui exemplos de pessoas que foram chamadas e não responderam, invocando o segredo de justiça. Para a Comissão, não é bom, porque não esclarece nada e para os visados pode ter efeitos, que nós não podemos apurar, no decurso da investigação penal.

Daí que nós não vamos insistir no requerimento de ouvir estas três entidades, embora queiramos dizer ao Sr. Presidente que, se no decurso

desta Comissão de Inquérito houver matéria específica em que seja necessário ou imprescindível ouvir qualquer destas pessoas, ou outras, sobre essa matéria específica e se não houver mais ninguém que possa prestar esclarecimento, não hesitaremos em propor a sua audição nestas condições: matéria específica e que mais ninguém possa esclarecer.

Esta é a nossa posição. Obviamente que, no passado, não foi assim. Ainda hoje, ouvi dizer: «No passado não foi assim. Vieram aqui pessoas que eram arguidas e a quem foi pedido para vir cá.» Eu não estava cá, mas o Rui Pedro Soares, por exemplo, era arguido e veio, tal como outras pessoas que eram arguidas. Mas os erros do passado temos que os emendar, não os podemos...

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Estava preso!

**O Sr. Basílio Horta (PS):** — O Rui Pedro Soares não estava preso!

**A Sr.<sup>a</sup> Ana Catarina Mendonça (PS):** — O Oliveira e Costa!

**O Sr. Basílio Horta (PS):** — O Oliveira e Costa, sim, com certeza. Mas o Oliveira e Costa era presidente do conselho de administração.

Porém, houve outras pessoas que eram arguidas e vieram aqui prestar declarações. Se isso aconteceu, considero errado e, no meu entendimento, os erros não se repetem, corrigem-se! Pessoas que estão abrangidas em processo-crime não devem, em meu entender, ser ouvidas, por aspetos políticos, pelas mesmas matérias de que estão a ser investigadas criminalmente.

Essa é a razão, para além da inutilidade e da possibilidade de serem sempre ouvidos se a sua presença for imprescindível para esclarecer matéria concreta.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado Basílio Horta, creio que a sua posição e do Partido Socialista ficaram claras relativamente a essa matéria. Pergunto se algum outro Sr. Deputado ou grupo parlamentar querem, sobre este assunto e sobre esta posição anunciada pelo Sr. Deputado Basílio Horta, fazer algum comentário.

Tem a palavra o Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, é para fazer um comentário.

A primeira palavra é para dizer que registamos positivamente a posição do Partido Socialista em relação a esta matéria, até porque, no fundo, confirma aquilo que tínhamos invocado, como disse o Deputado Basílio Horta, sobre a questão da constituição de arguido e das dificuldades que se levantam em relação à produção de prova numa comissão de inquérito, até para proteção do próprio arguido. Há problemas relacionados com a fase dos processos — Oliveira e Costa está a ser julgado, haverá muitos outros arguidos que ainda estão na fase de inquérito, outros já estão na fase de acusação, outros estão na fase de instrução, e isso depois tem sempre efeitos, na prática. Portanto, registamos a posição do Partido Socialista.

Obviamente que esta questão — e é isto que eu gostava de dizer — de ouvir arguidos na Comissão de Inquérito do BPN é algo (e nós aceitamos isso) que pode e deve estar sempre em aberto, até porque não é só o caso destes três arguidos, há muitos mais arguidos constituídos. Há sempre a hipótese de qualquer grupo parlamentar — e não faz sentido estarmos a coartar essa hipótese agora —, se para a produção de prova for

necessário ouvir estes ou outros arguidos, os ouvir. O PSD não levantará nenhum tipo de problema.

O que agora queremos dizer é que registamos esta posição, estamos de acordo que deixemos em aberto a hipótese de, um dia, serem ouvidos estes ou outros arguidos desde que, para a produção de prova, isso seja considerado fundamental e, portanto, até registamos a posição do Partido Socialista sobre esta matéria.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Não registo mais inscrições sobre este ponto.

Tenho ainda inscrito, num período antecedente às nossas audições, a inscrição do Sr. Deputado Honório Novo.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, é só para retirar o pedido que fiz, ontem, de insistência, junto da Secretária de Estado do Tesouro, relativamente a um conjunto de pedidos, a saber: avaliação e determinação de custos, responsabilidades financeiras, garantias envolvendo o BPN e a exposição da Caixa quer ao BPN quer ao BIC envolvendo também a responsabilidade já traduzida em défice e em dívida pública, uma vez que estive a verificar, de uma forma extensiva, todos os quesitos que tinha colocado à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado — acho que eram 9 ou 10 — e estão respondidos.

Portanto, nesta fase, queria retirar o pedido de requerimento de insistência. Era parcial, é verdade, mas está integralmente respondido.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado, fica, obviamente, registado perante a Comissão e em ata o seu esclarecimento.

Não tenho mais inscrições. Creio que poderíamos chamar o Dr. João Meira Fernandes, administrador do BPN ao tempo da nacionalização, para iniciarmos a nossa audição.

*Pausa.*

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Vamos, então, iniciar a audição.

A regra normal destas audições é a seguinte: há um tempo indicativo, entre 10 e 15 minutos, para cada grupo parlamentar fazer perguntas, seguindo alguma flexibilidade na pergunta-resposta. Ou seja, os Deputados poderão perguntar com alguma liberdade e o Sr. Dr. irá respondendo, podendo o Deputado que está no uso da palavra inquirir, voltar a perguntar, livremente, durante esse tempo.

Há uma ordem pré-estabelecida. Nesta audição, compete, em primeiro lugar, ao CDS-PP interrogar.

Portanto, dou a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida para iniciar as suas perguntas.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Sr. Dr. Meira Fernandes e agradecer a disponibilidade que, mais uma vez, tem, para estar numa Comissão de Inquérito — já tinha estado na anterior.

Queríamos colocar algumas questões muito concretas e simples, no sentido de termos, também, um esclarecimento, nesta Comissão de Inquérito, sobre as mesmas.

O Sr. Dr. Meira Fernandes fez parte de uma administração que entrou no BPN numa altura difícil, em que era já pública a situação em que

o Banco se encontrava, não ao pormenor, mas era público que o Banco enfrentava dificuldades e que tinha problemas graves — havia sintomas evidentes disso, como a substituição de administrações, a substituição de auditores, a substituição de revisores oficiais de contas que tinham tido um ritmo muito acentuado no tempo que antecedeu a entrada da administração de que o Sr. Doutor fez parte.

O que eu pergunto é: havendo este clima e havendo uma equipa que estava disponível para entrar na administração do Banco, qual foi a cooperação, se existiu, com o Banco de Portugal, no sentido de, por um lado, esta administração estar habilitada da informação importante para conseguir exercer o seu mandato e, por outro, do ponto de vista da prudência por parte do Banco de Portugal, se assegurar, exatamente, que se desse aval à entrada desta administração, que salvaguardaria todos os princípios essenciais da supervisão?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes** (Ex-Administrador do BPN): — Muito boa tarde a todos, em especial ao Dr. João Almeida.

Vou passar, então, a responder à questão que me pôs: cooperação entre o Conselho de Administração Dr. Miguel Cadilhe e o Banco de Portugal.

Realmente, assumimos funções numa situação muito complicada do Banco, que era mais ou menos conhecida, não em toda a sua extensão, mas já era conhecido que havia algumas dificuldades.

Podemos dividir a cooperação com o Banco de Portugal em várias fases. Fomos muitíssimo bem recebidos pelo Dr. Vítor Constâncio, que nos informou de algumas situações, que conhecia, da instituição. Fomos apresentando algumas soluções para as situações difíceis que existiam, fomos detetando dificuldades e situações que eram irregulares em volume e

em extensão superior àquela com que contávamos e o Banco de Portugal nos informou — e penso que também não conhecia.

Realmente, a partir dessa altura em que nós começámos a comunicar ao Banco de Portugal o que íamos encontrando, o Banco de Portugal — eu ia dizer naturalmente, mas naturalmente não foi — começou a reagir como se o mensageiro fosse o culpado da mensagem e as relações profissionais que íamos conseguindo manter, e mantivemos sempre, começaram a ser — utilizando uma expressão talvez um bocadito feia — azedas. Isto porque, de cada vez que nós dizíamos que havia uma situação que não estava bem e que era necessário solucionar com alguma flexibilidade, quase que éramos entendidos como se tivéssemos sido nós a fazer todas aquelas situações. Mas fomos aguentando. Realmente, chegámos a uma altura em que era muito difícil, mas isso foi já na parte final.

Portanto, a relação foi boa de início e depois foi-se agravando paulatinamente até, digamos, à solução final, que foi a nacionalização.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia) — Tem a palavra o Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Num relacionamento entre uma administração e um supervisor faz todo o sentido analisar o contínuo e as várias fases. Mas, da informação que o Sr. Doutor acaba de nos dar, acabamos por ter a ideia de que, embora o tempo tenha sido muito curto — foi pouco o tempo em que a administração esteve em funções e em que teve essa relação com o Banco de Portugal —, o relacionamento começa muito bem, a cooperação existe, são detetadas irregularidades por parte da administração, essas irregularidades são comunicadas e isso tem um impacto na relação.

Queria que o Sr. Doutor concretizasse se o impacto é direto, se há outras circunstâncias que podem ter justificado essa alteração do relacionamento com o Banco de Portugal, se houve alguma outra razão que pudesse ter a ver com isso ou se o Sr. Doutor está convicto de que — é muito importante para o apuramento dos factos — a alteração da postura do Banco de Portugal em relação à administração tem a ver, diretamente, com o *report* que era feito das irregularidades que eram detetadas.

Depois, termina com o final do processo, que é a nacionalização — isso nós sabemos. Mas pergunto também se atribui a essa evolução negativa do relacionamento algo que esteja na base da nacionalização ou se devemos excluir a participação que o Banco de Portugal teve no processo de nacionalização — que teve, porque foi quem emitiu o parecer que habilitou o Governo a essa tomada de posição — ou se devemos incluir a nacionalização neste processo de relacionamento e nesta evolução negativa que nos descreveu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. João Meira.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — É evidente que, no fim, a decisão da nacionalização teve muito, mesmo muito, a ver com a maneira como nós fomos colocando os problemas e o Banco de Portugal se foi sentindo mal.

Tenho por obrigação fazer um comentário prévio: todos nós sabemos que o problema do BPN é um problema de polícia, é um problema de irregularidades, e que essas irregularidades não nasceram por geração espontânea, devendo ser, principalmente, assacadas aos conselhos de administração anteriores, aos diretores, aos técnicos, a quem procedeu às irregularidades ao longo de muitos anos. Este é um ponto prévio que queria fazer. Mas, independentemente disso, atribuímos também, sem dúvida

nenhuma, muita responsabilidade aos auditores, internos e externos, aos revisores oficiais de contas, à supervisão.

Quando começámos a ter problemas — alguns, como sabemos, problemas fundamentais das irregularidades, que acabaram por ter reflexos a nível da liquidez, da solvabilidade e da própria viabilidade —, eles foram sendo levantados e foram sendo apresentadas soluções que passavam por regularização ou por um apoio para as situações de liquidez. Mas, quando esperávamos que o Banco de Portugal nos auxiliasse na resolução daquelas situações, acontecia exatamente o contrário.

Dou um exemplo muito concreto: a certa altura, através do Dr. Miguel Cadilhe, com a nossa concordância, obviamente — aliás, ele falava e nós concordávamos, neste caso concreto e em muitos outros —, começou a ser dito ao Banco de Portugal, expressamente, com muita correção, com muita frontalidade, que, na nossa opinião, o Banco de Portugal era um interveniente muito ativo, por omissão, na situação a que se tinha chegado. Portanto, dizíamos abertamente — dizia o Dr. Miguel Cadilhe e dizíamos todos nós: «Sr. Governador do Banco de Portugal, na nossa opinião, vocês têm culpa nesta situação,...» — uma culpa relativa, relativizando já o ponto inicial de que falei — «... por conseguinte, tendo responsabilidade, vocês vão ter que nos apoiar em situações...». Que eram situações pontuais... Por exemplo, em relação ao caso da situação da liquidez, nós entrámos em junho e os depósitos, connosco, melhoraram, cresceram; não houve diminuição de depósitos, eles foram crescendo.

Como os senhores sabem, o valor dos depósitos... Poderei dizer qual foi a evolução: na nossa opinião, foi altamente positiva. Os depósitos estavam em 4000 milhões de euros no início do ano. Quando chegámos, estavam em 4,7 mil milhões e, connosco, passaram para 5,1 mil milhões. Connosco passaram para 5000 milhões em setembro e em outubro estavam em 4,6 mil milhões. Isto, depois de terem saído 500 milhões da segurança

social e da Casa da Moeda, que, na minha opinião, saíram bem — estavam assustados, foram assustados; poderei dizer porquê a seguir.

Em função dessa situação, começámos a pedir alguns apoios de liquidez, nomeadamente através de um mecanismo que o Banco de Portugal tem, que se chama Apoio de Emergência de Liquidez, e de um apoio da Caixa Geral de Depósitos.

Em relação ao problema de liquidez, de que, de vez em quando, se fala aqui, gostava também de prestar um esclarecimento, porque há uma pequena confusão: o BPN nunca esteve na iminência de não pagar os seus depósitos.

O problema da liquidez deve ser visto num sentido amplo. Num sentido restrito, é a diferença entre as cedências e as tomadas de fundos, e nós vínhamos a pagar mais do que o que vínhamos a receber, mas tínhamos liquidez, perfeitamente, para suportar o dia-a-dia dos depósitos.

Mas, na liquidez, há um aspeto importante que deve ser considerado — nos debates não se tem falado neste pormenor ou neste «por maior» —, que é o seguinte: também faz parte da liquidez do banco reservas mínimas de caixa. Os bancos são obrigados a depositar uma percentagem dos seus depósitos, que está predeterminada, no Banco de Portugal, e nós não estávamos a fazer isso. Portanto, a nossa liquidez não tinha a ver com falta de dinheiro — nunca ninguém chegou ao Banco e não levantou dinheiro; o nosso problema de liquidez tinha a ver com o facto de estarmos a exaurir os nossos limites fixados pela regulamentação internacional e pelo Banco de Portugal pela via da não reposição dos saldos de tesouraria.

Portanto, nós pedimos alguns apoios. Chegámos a pedir um apoio que é... — não vou utilizar a expressão que me veio agora à cabeça — inexplicável. A certa altura, para que contasse como reserva de caixa — não era para levantar dinheiro (tínhamos os famosos 40 milhões de moedas emitidos pelo Banco de Portugal) —, só pedimos isto: «Deixem-nos somar

às reservas de caixa que temos de ter, além das notinhas, estas moedas». Nem isso nos foi permitido! Era-nos dito, e bem: «Vocês têm uma diferença negativa do fundo de tesouraria, quando ela poderia ser menos negativa em, pelo menos, 40 milhões de euros».

Este processo foi-se arrastando e, a certa altura, dissemos abertamente «a responsabilidade é do Banco de Portugal».

O Banco de Portugal, a certa altura, perguntou: «Mas como é que vou justificar...» — se é que tinha de justificar o apoio que nós pedíamos de 600 milhões de euros, que não era a fundo perdido, era remunerado; «como é que explico isto? Como vou explicar que, num banco privado, seja necessário haver uma intervenção e um apoio do Estado de 600 milhões de euros?». E foi dito, muito abertamente, que «podem dar os motivos que quiserem, e um dos motivos pode ser este: digam ‘foi também por nossa responsabilidade; estivemos distraídos e agora temos de ser condescendentes em apoiar em 600 milhões, sob a forma’ ...» Nós propúnhamos esse apoio.

Não sei se lhe respondi, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Antes de voltarmos ao raciocínio, vamos voltar a duas perguntas muito concretas que resultam daquilo que disse agora nesta resposta.

A propósito da saída dos 500 mil milhões da segurança social e da Casa da Moeda, disse que poderia esclarecer — e era importante que esclarecesse. Disse que compreendia que saíssem, porque tinham sido assustados. Quem é que os assustou? Esta é a primeira pergunta.

Mas fazia-lhe já outra pergunta, para pouparmos tempo, que tem a ver com a questão dos depósitos. O Sr. Doutor disse-nos — e nós sabemos da evolução de depósitos — que, enquanto a administração de que fez parte esteve no Banco, os depósitos cresceram. E, quando digo «os depósitos cresceram», não digo que foi o número de depositantes que cresceu. Sabemos que, depois da nacionalização, cresceu o número de depositantes, apesar de terem diminuído substancialmente os depósitos. E não foi exclusivo da administração, porque a evolução positiva dos depósitos já vinha de trás. Acontece que um dos argumentos para a nacionalização foi o de se evitar a sangria de depósitos. Mas o que sucedeu é que, com a nacionalização, por razão direta ou indireta, a sangria de depósitos veio mesmo a concretizar-se, ou seja, ocorreu não antes, mas depois dessa mesma nacionalização.

Queria, pois, que nos desse a sua opinião sobre a evolução de depósitos e sobre esse argumento concreto para a nacionalização. Qual é a fiabilidade desse argumento para a nacionalização se nunca poderia ter sido um argumento? Ou foi um argumento utilizado e, depois, a gestão posterior inviabilizou que fosse concretizado esse objetivo?

E, voltando à primeira questão, gostaria de saber quem é que assustou a segurança social e a Casa da Moeda. É que estamos a falar de entidades públicas. Porque é que, nesse momento, entidades públicas retiram depósitos tão significativos do BPN?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Antes de dar a palavra ao Dr. João Meira Fernandes, pedia aos Srs. Deputados Basílio Horta e João Almeida que não entrassem em diálogo.

O Dr. João Meira Fernandes pede-me que diga aos Srs. Deputados que tem algumas dificuldades auditivas e que, para poder ouvir e

responder, necessita que haja algum silêncio na sala. Até agradece se puderem falar num tom um pouco acima do normal.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Efetivamente, sou surdo, com muito prazer.

*Risos.*

Com muito prazer mesmo. Poderei explicar porquê depois.

Vou tentar explicar aquilo que sei da melhor maneira. Fui convidado por vocês, com todo o gosto... Não queria defraudar ninguém, e se houver às vezes um bocado de perturbação poderei defraudar... É só por esse facto, absolutamente por mais nada... Vou tentar ser o mais colaborante possível.

Sr. Deputado João Almeida, em resposta à sua primeira pergunta, quem assustou foi o Sr. Governador do Banco de Portugal, que, provavelmente de forma involuntária, num princípio de outubro... — até setembro/outubro nem tínhamos tido grandes problemas de tesouraria; tínhamos os tais problemas dos saldos de tesouraria, mas de liquidez, de falta de dinheiro para pagar aos depositantes nunca tivemos. Mas, no fim de uma reunião qualquer, o Sr. Governador disse uma frase famosa, que depois acabou por se refletir no mercado: disse que havia dois bancos pequenos que estavam com dificuldades. Ora, dois bancos pequenos eramos nós e o Finibanco.

Até vou contar uma coisa sem importância nenhuma, mas...: por acaso, na administração Cadilhe, era eu quem tinha o pelouro financeiro da tesouraria, e um colega meu, do meu curso de faculdade, tinha o mesmo pelouro no Finibanco. Eu vi logo: «dois pequenos» eram eles também.

Telefonei ao meu colega — vou dizer o nome dele — e disse-lhe: «Ó Armando Esteves, estás atrapalhado». E ele disse: «Não. E tu, estás?». Eu disse-lhe: «Eu também não, pá.» E ele respondeu: «Então, pá, se tivermos facilidades, trocamos dinheiro uns com os outros».

Portanto, entre nós, brincámos logo, embora fosse uma brincadeira de mau gosto, mas foi apenas porque tínhamos sido colegas há 40 ou 30 e muitos anos.

Quando o Sr. Governador faz esta afirmação, os jornalistas, nomeadamente o jornal *Expresso*, pegaram, bem ou mal — para nós foi mal, para o jornal provavelmente foi bom —, nesta notícia. A seguir, o Sr. Ministro das Finanças é entrevistado e alimenta esta situação. Na minha opinião, o que acontece, com justificação para a segurança social para a Casa da Moeda, para o Sr. Silva, para a D. Maria,...: «Se dois bancos estão aflitos, então vamos levantar o dinheiro!» E levantaram. E nós alertámos o Governador. E o Dr. Miguel Cadilhe disse-lhe: «Aquela frase que o senhor disse está a ter reflexos imediatos».

Um colega nosso, do conselho, falou até com um dos administradores da Casa da Moeda, e disse-lhe: «Por favor, não tirem o dinheiro que nós estamos agora em negociações com o Banco de Portugal». E eles disseram o óbvio: «Estamos com dificuldades agora, precisamos de fundos para...». Mas pegaram nele e sabemos que o depositaram noutra sítio, porque o dinheiro deixa rasto. Através da compensação, sabemos para onde é que ele foi, e foi muito bem.

Dissemos ao Banco de Portugal: «Já que teve a infelicidade — involuntária, claro — de ter feito esta afirmação, agora, faça o contrário, diga aos organismos que dependem do Estado, enfim, ‘calma, aguentem, porque nós estamos a controlar’».

Portanto, quem assustou, na minha opinião, foi o Sr. Governador do Banco de Portugal, sem dúvida, ajudado — ajudado involuntariamente, por

amor de Deus — pelo Sr. Ministro das Finanças da altura, Dr. Teixeira dos Santos.

Quanto aos depósitos, como os Srs. Deputados têm elementos mais do que suficientes, têm a evolução dos depósitos bancários. Portanto, não vou dizer o óbvio, eles foram crescendo.

Houve vários motivos para a intervenção do Estado e um dos motivos foi, exatamente, problemas de liquidez, sangria dos depósitos. A sangria dos depósitos, connosco, aconteceu só a partir de outubro, até lá não aconteceu rigorosamente nada, tivemos de fazer um pagamento antecipado de um empréstimo sindicado sem pedir nada a ninguém, de 103 milhões de euros, e a sangria dos depósitos verificou-se a seguir. Quando saímos, estavam 4600 milhões; no final do ano, passaram para 4400 milhões de euros; em 2009, havia 2900 milhões; em 2010, havia 2300 milhões; e, em 2011, 1680 milhões.

Portanto, a sangria ocorreu e ocorreu, porque, provavelmente, as pessoas não acreditaram muito na intervenção do Estado. É que houve duas situações que justificaram a intervenção do Estado: os problemas de liquidez, a sangria dos depósitos, connosco, que se acelerou quando saímos; a solvabilidade, connosco, porque nós não obedecíamos aos rácios de solvabilidade legais, o que, depois, se agravou desastrosamente, com a intervenção.

Um outro motivo que justificou a nacionalização foi o da proposta apresentada pela nossa administração, presidida por Miguel Cadilhe, porque dizia, na altura, o Sr. Governador, que 600 milhões era muito, que 400 milhões chegavam. E dizia o Sr. Ministro das Finanças, na altura, o Dr. Teixeira dos Santos: «Desculpem lá, era o que faltava, darmos dinheiro ao BPN privado!? Não, não! Vamos nacionalizar e não vamos ter nenhuns custos para os contribuintes».

Portanto, como é que o Sr. Ministro das Finanças da altura, inexplicavelmente, porque isto é elementar — desculpem lá —, é básico, é mesmo básico, confunde um pedido que fizemos, de 600 milhões de euros, para o capital social, portanto, um investimento, que era remunerado, que tinha um dividendo preferencial, que tinha um dividendo prioritário, que tinha um prémio de resgate, se chegássemos ao fim, com um custo para o contribuinte? Poderia vir a ser um custo, se não conseguíssemos, mas, no início, não era um custo.

E como é que diz que não há nenhum custo para os contribuintes com a nacionalização, quando a situação líquida era negativa? Não tem explicação nenhuma! Só tem uma explicação, na minha opinião: não quero, obviamente, ferir seja quem for — muito longe de mim —, mas o Sr. Ministro das Finanças, sinceramente — foi o que pensámos —, não percebeu o que estava a fazer. Neste caso concreto, não percebeu mesmo, porque, se tivesse percebido, não diria nada, diria «nacionalizamos, porque nacionalizamos», «nacionalizamos, porque os depósitos estão a fugir» — era verdade —, agora, não podia dizer «nacionalizamos, porque não há custos para o contribuinte». Isto não tem explicação. Como é que não tem custos? Os passivos são superiores aos ativos. Só não teria custos, se o Estado não pagasse, aí, não teria custos; pagando, e o Estado é uma pessoa de bem, e muito bem, tem custos.

Portanto, quando estes dois argumentos são apresentados, o que é que pensamos? O mundo está de pernas para o ar! Alguma coisa se passa, porque esta justificação não é plausível, não tem sentido rigorosamente nenhum.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Sr. Dr. Meira Fernandes falou, e eu próprio também o tinha questionado, sobre alguns dos fundamentos da nacionalização. Outro dos fundamentos da nacionalização foi o risco sistémico e há uma confusão, normalmente, entre aquilo que é o risco sistémico de instituições financeiras nacionais e problemas próprios, como era o caso do BPN. O BPN era uma instituição financeira nacional que tinha problemas estruturais totalmente isolados daquela que era a conjuntura internacional e do problema que, naquele momento, se vivia, a nível internacional.

Portanto, a admitir que havia um risco sistémico, que é algo de prova impossível quer a favor, quer contra — ninguém consegue provar que, de facto, existia um risco sistémico, como também ninguém consegue provar que ele não existia —, convém que, pelo menos, tentemos compreender a que é que se aludia quando se invocava um risco sistémico.

O que pergunto é se, no entendimento do Sr. Dr., estas declarações quer do Sr. Governador do Banco de Portugal, quer do Sr. Ministro das Finanças, ao dizer que havia dois bancos, em Portugal, com problemas, poderão, elas próprias, ter contribuído para um eventual risco sistémico, no caso de ele, de facto, existir.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, provavelmente, vou ser um bocadinho longo, pelo que vos peço desculpa, mas vou tentar, mesmo assim, ser o mais sintético...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Dr., a regra que procuramos aqui é a de que, se possível, a resposta se contenha no tempo da pergunta, mas é evidente que aquilo que a Comissão quer são os esclarecimentos e, portanto, se não for o caso, pode haver uma pergunta muito direta que justifique uma resposta mais longa. Portanto, isso é tendencial, pelo que o Sr. Doutor está à vontade.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr. Presidente, esta minha intervenção prévia tem a ver com o seguinte: realmente, tenho ouvido, não todas, nem de longe, mas uma ou outra vinda aqui, à Comissão, de outras pessoas e, na minha opinião, há alguma confusão quando se define o que é risco sistémico. Foi só por esse facto que entendi que devia, enfim... Então, vou resolver isto, na minha opinião, e explicar o mais rapidamente possível, mas é um bocadinho longo. Um bocadinho...

Ora, o risco sistémico, como o Sr. Deputado João Almeida disse, começa logo — o risco sistémico, como sabemos, é o risco de contágio — com a afirmação dos dois bancos pequenos que estão com dificuldades. Senão, vejamos.

A nossa evolução dos depósitos era favorável, a nossa evolução do crédito de depósitos, que é um indicador que deve ser muito acompanhado, porque, em princípio, um banco não deve emprestar muito mais do que capta... Quando lá chegámos, a relação do crédito separava os depósitos em 4%, ou seja, era de 1,04. Connosco, como os depósitos subiram e o crédito se manteve, conseguimos andar na ordem dos 98%, isto é, não emprestávamos tudo o que recolhíamos. Depois, havia outras aplicações, no mercado monetário e com outras empresas, mas, em relação a crédito de clientes/recurso de clientes, estávamos equilibrados. E este é um elemento que define os riscos ou os riscos não, as probabilidades de haver risco sistémico.

Sáímos de lá e esse indicador passou de 98,5% para 154%, em 2009 — o crédito era superior ao...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É o rácio de transformação?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — É o rácio de transformação. Em 2009, era de 154%; em 2010, era de 153%; em 2011, era de 196%.

Não obstante, portanto, a frase do Sr. Ministro e do Sr. Governador, não obstante... O Sr. Governador disse, e disse-o sentido, com certeza, várias vezes, que acreditava na capacidade do Dr. Miguel Cadilhe e da equipa, mas não nos deu apoio. E é engraçado que nós, naquela altura, fomos avaliados pela Fitch e a Fitch manteve-nos o *rating*, não nos baixou o *rating*: durante a fase difícil, em outubro, éramos *BBB* e ficámos *BBB*, ficámos muito bem.

Então, a sangria acontece depois da intervenção, da tal frase que eu disse. Aliás, podemos ver que, nos outros países, nomeadamente nos Estados Unidos, na Alemanha, na Áustria, resolveu-se tudo sem dificuldades e as dimensões eram muito maiores... Convém não esquecer que éramos um banco com uma dimensão de 2% no mercado, o que não tem significado rigorosamente nenhum.

Por exemplo, sabemos o que aconteceu, em 1993, com o caso Banesto. Houve uma confusão, no outro dia, aqui, de um Sr. Deputado que invocou o caso Banesto, julgando que a nossa intenção era dar custos aos outros bancos... Nada disso, meu Deus! Nada disso! O problema que aconteceu no Banesto, que nós não sugerimos, mas o Banco de Portugal... Aliás, era o que nos faltava, sugerir ao Banco de Portugal. Não podíamos. Falámos no caso, mas...

O que aconteceu foi que, no caso do Banesto, o Banco de Espanha não teve qualquer intervenção ou, desculpe, não nacionalizou, mas

interveio da seguinte maneira: nomeou os cinco administradores dos maiores bancos — e, neste caso, estamos a falar não de 2%, mas de valores muito mais elevados — e foi dizendo «se houver um risco sistémico, um risco de contágio, quem fica prejudicado são vocês». Então, esses bancos chamaram a si a cobertura da liquidez, não assumiram nenhum risco. Até foi melhor! Curiosamente, ao fim de quatro ou cinco anos, fizeram uma oferta pública de aquisição e ficaram com o banco. Estou à vontade para falar nisto, porque, na altura, era administrador de um banco português, que era o Banco Totta & Açores, em Londres, e o nosso maior acionista — provavelmente não se lembram — era o Banesto.

Ora, se havia riscos para o Banesto, havia riscos para nós, e nós estávamos no mercado interbancário. O que é que fez o Banco de Espanha? Uma coisa muito simples: comunicou a todos os bancos que o Banco de Espanha garantia os depósitos do Banesto. E nós, o Banco Totta, que éramos uma participada do Banesto, que tínhamos alguma dificuldade em ir ao mercado, passámos a ir ao mercado lindamente. Subiu o nosso *rating*, melhorou! Aqui, poderia ter acontecido a mesma situação. É evidente! E se houvesse custos? Ah, se houvesse custos, a seguir, haveria tempo para os alocar a quem de direito, como, agora, também estão, agora, os custos estão alocados a todos nós, que pagamos impostos. Eu, «sem saber ler nem escrever», sou, agora, um contribuinte ativo para os suportar. Portanto, ser por esta via ou ser pela outra...

Além de que, já agora, relativamente ao risco sistémico, nunca vi — não digo que não haja, mas nunca vi — nenhum trabalho, feito pelo Banco de Portugal, sobre o risco sistémico, e já lá vão quatro ou cinco anos. Mas vi um trabalho feito pelo Banco da Irlanda.

O Banco da Irlanda tem um trabalho feito sobre as causas do risco sistémico. Enfim, conselhos não dou, mas, se esse trabalho for lido, é interessante ver o que é que eles dizem sobre as causas do risco sistémico.

Vou só fazer três ou quatro apontamentos. Diz esse trabalho que, para haver risco sistémico ou crise sistémica, é necessário que, simultaneamente, haja um grande número de bancos, um grande número de empresas, um grande número de particulares, a praticar políticas de crédito imprudentes. Nós só tínhamos um, que era o BPN.

Refere também esse trabalho, como pré-condição, no caso do comportamento dos bancos, o seguinte: «Elementos preponderantes no aumento da crise sistémica são a excessiva dependência dos mercados interbancários...» — nós não tínhamos nada, praticamente — «..., a excessiva utilização de operações de securitização,...» — tínhamos uma, de 200 milhões de euros — «... a excessiva exposição de ativos tóxicos» — tínhamos zero ativos tóxicos.

Acrescenta ainda: «Funciona como incremento, como contágio, como elemento potenciador do risco sistémico, e repercutir-se-á tanto mais quanto mais ineficiência houver na qualidade de *governance* da Banca,...» — na nossa havia ineficiência, aliás, não na nossa, mas na anterior, na nossa acho que não havia, não sei — «... quanto maior fosse o grau de exposição e concentração de créditos em empresas setoriais,...» — também não tínhamos — «... quanto pior for o funcionamento do gabinete das análises de risco, ...» — não tivemos grandes dificuldades — «... quanto maior for o efeito de imitação dos outros bancos,...» — felizmente, ninguém imitou o comportamento do BPN, o BPN fez aquelas habilidades e ninguém o imitou, acho eu — «... quanto pior for a informação disponibilizada,...» — e, no caso do BPN, não era boa, na opinião deles, que vale o que vale — «... mas...» — diz o estudo — «... sobretudo, o contágio é maior, o risco sistémico é maior quanto maior foi o silêncio dos auditores...» — e foi muito grande — «... e quanto mais suave for o comportamento do regulador, não julgando bem os alarmes de mercado, não julgando bem o não-cumprimento das regras prudenciais em termos de

limites de concentração, não se articulando bem com o equivalente à nossa CMVM».

Portanto, não sei se respondi ao Sr. Deputado, mas, na minha opinião, o risco sistémico poderá passar por esta explicação.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Meira Fernandes, pensávamos que o risco sistémico era uma coisa muito mais esotérica, porque temos perguntado, aqui, a inúmeros responsáveis, incluindo da supervisão... Neste caso, se se tratasse de um estudo alheio, de um estudo próprio ou de mera opinião, ainda não teríamos tido nenhuma definição. Temos esta que, obviamente, respeitamos.

Até chega a ser quase extravagante perguntar-lhe isto agora mas, no meio de todo este cenário, como é que viu a proposta da Caixa Geral de Depósitos para a aquisição do BPN?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Antes de responder concretamente à pergunta do Sr. Deputado João Pinho de Almeida, ainda relativamente ao risco sistémico, e sem pretender ser, digamos, irónico — não pretendo mesmo mas, provavelmente, vou ser assim entendido e por isso peço desculpa —, quando o Governador e o Sr. Ministro falaram, na altura — sinceramente, não entenda isto como ironia —, nós pensámos: «Se não entenderam o problema do custo, para os contribuintes, pela

nacionalização,...» — e estávamos a falar de um empréstimo e não a fundo perdido — «... de risco sistémico é que não perceberam nada, porque perceber o risco sistémico é, tecnicamente, um bocadito mais difícil». Peço desculpa por ser irónico — por ser irónico não, por parecer irónico! —, mas acho que devo dizê-lo.

Relativamente à proposta da Caixa Geral de Depósitos, por acaso também tem havido algumas pequenas confusões. Não sei se tem havido mas, de vez em quando, oiço a pergunta a ser repetida, e convém ser esclarecida — acho eu.

Efetivamente, houve uma proposta da Caixa Geral de Depósitos relativamente à eventual compra do BPN. Concretamente, foi feita, no dia 23 de outubro, que foi uma quinta-feira, uma proposta da Caixa Geral de Depósitos dirigida ao Dr. Miguel Cadilhe, que — vou ler um bocadito — dizia assim: «Gostaria de lhe pedir que, com natural reserva,...» — agora não há reserva nenhuma, claro — «... levasse à consideração do conselho de administração desse Banco e às demais pessoas ou entidades interessadas a presente disposição da Caixa Geral de Depósitos e pedia-lhe o favor de uma resposta até ao próximo dia 27, inclusive».

A proposta era a Caixa Geral de Depósitos... Aliás, vou ler, porque dá a entender que, às vezes, não estou a ler tudo e, portanto, vou ler! Diz: «Venho reiterar...» — porque houve uma conversa telefónica — «... a nossa conversa telefónica de ontem no sentido de que a Caixa Geral de Depósitos, como forma de contribuir para uma solução definitiva para as dificuldades que esse Banco manifestamente enfrenta, propõe-se adquirir...» — a Caixa — «...o BPN pelo justo valor, a determinar em termos a estabelecer com as partes».

Depois, na segunda parte, pede-nos o favor, no dia 23, de nós, até ao dia 27, respondermos. Ora, dia 23 foi uma quinta-feira, dia 27 foi uma segunda-feira. Portanto, recebemos esta carta — lembro-me perfeitamente,

porque o nosso Plano chama-se «Plano BPN 23x08», foi no dia em que nós o fizemos, aliás, acabámos este Plano a altas horas da noite —, como eu estava a dizer, recebemos esta carta já depois de o Plano estar acabado, mas tivemos tempo. Tivemos sexta-feira, sábado, domingo e segunda-feira. E, na segunda-feira, o Dr. Cadilhe não respondeu por escrito, mas teve uma reunião com o Sr. Eng.º Faria de Oliveira para explicar a posição do BPN.

A certa altura — a certa altura não, no dia 30, portanto, na quinta-feira —, à conversa que tinha feito no dia 27, verteu-a em carta. Vou ler apenas bocados, penso que é suficiente... mas poderei lê-la toda. Leio-a toda! Diz: «A carta de V. Ex.<sup>a</sup>, de 23 de outubro, mereceu a nossa melhor atenção.

1. Como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, aguarda este conselho de administração deliberação do Sr. Ministro das Finanças sobre uma proposta de ordem estrutural num documento intitulado «Plano BPN 23x08». Por conseguinte, não tem este conselho, como igualmente V. Ex.<sup>a</sup> sabe, posição a transmitir a respeito da proposta da Caixa Geral, que consta da carta supracitada. Não a tem por agora, enquanto não tivermos resposta do Sr. Ministro das Finanças.

2. Entretanto, ouvi, a título confidencial, um número muito restrito de acionistas da SLN, representativo, porém, de uma elevada participação de capital, e estes acionistas pediram-me para comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> uma pré-contraproposta, o que já fiz em reunião que ambos tivemos na passada segunda-feira.» — o Dr. Cadilhe, quando foi lá, deu a resposta, e agora deixo-a aqui registada — «1) Vender todo o Grupo SLN — Total das ações: 707 000 (...)» — por aí fora — «... preço de referência da operação-cabaz: 1,16 por ação.

«3. Consequentemente, realização da segunda e terceira tranches da operação-cabaz, a cargo do novo acionista.

Mais me pediram para lembrar que uma eventual venda do BPN carece de prévia aprovação pela Assembleia Geral da SLN por 75% dos votos».

E depois diz: «Esta é a minha posição...» — de Miguel Cadilhe — «... porque ainda não é a posição do conselho de administração...» — porque não tinha sido discutido em conselho de administração.

Portanto, o Dr. Cadilhe mandou a carta no dia 30 e a resposta foi mais rápida do que a nossa. Portanto, era quinta-feira, veio no domingo, dia 2, através de uma conferência de imprensa. «Nacionalizamos o Banco», foi a resposta que tivemos. É evidente que quem trabalha em bancos, em sociedades anónimas, sabe que alterações substanciais da composição acionista obedecem a assembleias gerais, portanto, não era possível em dois dias — numa sexta e numa segunda — apresentar uma resposta. Não era possível! Portanto, foi pedido. E, então, a resposta foi esta. Relativamente à Caixa Geral de Depósitos, foi esta a solução.

Por que razão, depois, a Caixa Geral de Depósitos interveio, é fruto da nacionalização. Poderemos falar, depois, sobre isso, se assim for entendido.

Não sei se respondi, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Dr. Meira Fernandes, a minha dúvida sobre isto é que, de facto, no prazo de menos de uma semana, a proposta que é apresentada é pela Caixa Geral de Depósitos, que tem como acionista o Estado — sendo que o Ministro das Finanças era o Prof. Teixeira dos Santos que, portanto, respondia pelo acionista Estado na Caixa Geral de Depósitos —, e é a de comprar o BPN.

O BPN responde à Caixa Geral de Depósitos que: um, aguarda uma posição do Ministro das Finanças, que era o mesmo Prof. Teixeira dos Santos, sobre uma proposta de viabilização do Banco que tinha entregue; dois, que, ainda assim, tinha consultado os seus acionistas e que, no caso da Caixa Geral de Depósitos — cujo acionista era o Estado, representado pelo Prof. Teixeira dos Santos —, caso se pudesse avançar para essa possibilidade, fazia já uma pré-contraproposta.

Portanto, nesse momento, o Prof. Teixeira dos Santos, tinha a seguinte situação: enquanto Ministro das Finanças, tinha um plano de viabilização do BPN, entregue pela administração, sobre o qual se podia pronunciar; enquanto acionista, tinha uma pré-contraproposta do BPN para aquisição pela Caixa Geral de Depósitos. Perante estas duas hipóteses, escolheu nacionalizar o Banco. É isto?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Subscrevo a sua síntese. Perfeita! Tal e qual.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Perante isto, obviamente que é fundamental analisar todos os custos de cada uma destas opções.

Queria perguntar mais uma coisa: como é que se poderá explicar então, estando nesta altura a Caixa Geral de Depósitos na disponibilidade de, pelo menos, adquirir o BPN, como se justifica que, depois desta decisão de nacionalização — e isso já aqui foi expresso várias vezes —, a Caixa, que acabou por ser mandatada para gerir o BPN depois da nacionalização, sempre se tenha afastado da possibilidade de vir a ficar com o BPN, por

razões que já foram, aqui, várias vezes expressas, quer por membros do conselho de administração do BPN pós-nacionalização quer por membros do conselho de administração da própria Caixa Geral de Depósitos? Aliás, com argumentos tão simples quanto estes: a rede de agências era sobreposta e, sendo a rede de agências sobreposta, o BPN não tinha nenhum interesse para a Caixa Geral de Depósitos, em termos de uma possibilidade posterior à nacionalização. Qual é a diferença, anterior à nacionalização, para um argumento como este? O que poderia justificar que a Caixa Geral de Depósitos, numa altura em que o BPN era privado, pudesse ter algum interesse em adquirir o BPN e, depois, numa altura em que era fundamental ponderar todas as hipóteses — depois de uma decisão política de nacionalização, porque também estava em causa, mais do que nunca, como já disse, o dinheiro dos contribuintes e as opções que fossem tomadas a partir dali tinham um reflexo profundo, como acabámos por ver, no esforço que os contribuintes fariam nesta situação — tenha sido totalmente desprezada? Como é possível que uma hipótese que, em condições de mercado anteriores à nacionalização, tenha sido admitida e, depois, numa altura em que o BPN já era do Estado, totalmente desprezada?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr. Dr. João Almeida, lamento, mas não vou poder responder-lhe, porque não estive na fase posterior. Mas direi o seguinte: como as duas situações eram as mesmas, no mínimo há uma incongruência de posições. Mas vale o que vale, sou um em 10 milhões de pessoas a dizer isto, mas não consigo perceber. O racional não percebe.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, com a indicação de que atingiu os 10 minutos e 2 segundos e, portanto, peço que entre na parte mais conclusiva do seu interrogatório.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Completamente conclusiva, Sr. Presidente! Até porque, sobre matéria factual, estão colocadas todas as questões, mas penso que era muito importante, no final destas questões colocadas, fazer apenas duas perguntas que pudessem contextualizar o que aqui foi dito.

O Sr. Dr. Meira Fernandes expressou, nas suas respostas, uma série de informações — que são informações factuais — daquilo que foi o exercício de funções enquanto administrador do BPN e deu, também, algumas opiniões sobre questões relevantes quer em termos de mercados, quer em termos de funcionamento de sistema bancário, quer em termos de supervisão bancária, e uma série de outras informações. Portanto, era importante ter só dois esclarecimentos que eu pedia ao Sr. Dr. Meira Fernandes que tivesse a paciência de nos transmitir.

Um — para que não haja, depois, argumentação posterior em sentido contrário —, é que reiterasse aquilo que já aqui disse: que entende — presumo eu, e gostaria que confirmasse (simplificava, até porque só tem que dizer «sim» ou «não») — que aquilo que se passou no BPN foi, em primeira instância, e instância fundamental e essencial, que os crimes que aconteceram são responsabilidade de quem esteve nas administrações, de quem esteve nas direcções, de quem esteve no BPN durante todos os anos em que o BPN foi acumulando todo este conjunto de situações, de infrações, de crimes. Portanto, que os primeiros responsáveis são esses, e

esses nunca poderão ser substituídos. Essa é, também, a nossa opinião, e que isso fique muitíssimo claro!

Era importante até que, num Estado de direito — aí acrescento eu — que vai na segunda comissão parlamentar de inquérito a este processo, nas quais vai sendo apurada matéria factual e vão sendo apuradas responsabilidades — temos, até, informação, neste momento, de que até o Banco de Portugal já concluiu processos e já condenou pessoas —, a justiça também funcionasse e fosse produzindo os seus resultados, para que todos vivêssemos mais tranquilos e soubéssemos que, quando estas coisas acontecem, têm consequências para os seus autores e que, portanto, a responsabilidade primeira é destas pessoas. Não se está aqui a querer, de maneira nenhuma, confundir responsabilidades.

No entanto, não confundindo responsabilidades, não se eximem dessas responsabilidades e da crítica aqueles que não tendo estado na origem das práticas, aqueles que não tendo praticado os atos, poderiam, com o exercício competente das suas funções, ter evitado ou punido algumas delas em tempo útil. Gostaria de saber se é essa a opinião que o Sr. Dr. Meira Fernandes tem para ficar claro que não está aqui a defender agenda nenhuma, que está aqui com uma posição que é essa.

Em segundo lugar, pergunto-lhe se pode dar-nos uma descrição da sua experiência no setor bancário, para que não se ache que algumas das opiniões que aqui deu são meras opiniões pessoais mas, sim, a expressão da experiência de anos de trabalho, uma experiência variada no setor sobre o qual aqui se pronunciou.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Tem a palavra, para responder, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Sr. Presidente, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, enfim, vale o que vale, mas o conselho de administração em que o Dr. Miguel Cadilhe era presidente tinha 150 anos de experiência bancária. Portanto, às vezes invoca-se muitos anos... Éramos todos experientes, realmente. São opiniões factuais mesmo. Aliás, tenho todo o respeito pelo Dr. Teixeira dos Santos, conheço-o, e pelo Dr. Vítor Constâncio também. Contudo, isso não me exime de dar a minha opinião franca, aberta e frontal, como já dei em várias situações.

Concretamente (até posso precisar do ponto de vista da experiência bancária que tenho), na minha opinião - aliás, estou a falar na minha opinião, não na de mais ninguém -, o Banco de Portugal tem três erros fundamentais em todo o processo.

Tem um primeiro erro que chamaria de fortes indícios de negligência.

O próprio Banco de Portugal, logo na altura em que o BPN adquiriu a Fincor, teve dúvidas enormes sobre a verdade transmitida pelo conselho da altura. Provavelmente os senhores não sabem, mas houve um acompanhamento muito forte, e bom, do Banco de Portugal para saber se a Fincor tinha ou não sido desvinculada de Banco Insular. Portanto, o Banco de Portugal teve dúvidas logo de início.

Depois, a conduta do BPN no mercado - estamos no mercado todos os dias - levantava algumas dúvidas às pessoas, porque os bancos pagavam à taxa de mercado, mas o BPN pagava a taxas mais elevadas e tinha produtos esquisitos que ninguém tinha. Portanto, era um indício forte de que havia qualquer coisa de especial.

O BPN demorava anos a responder a dúvidas bem levantadas pelo Banco de Portugal — dúvidas plausíveis. Portanto, era um processo reiterado.

Em 2003 ou 2004, o próprio Banco de Portugal foi instado ou pela Procuradoria-Geral de República ou pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), por um destes organismos, a fazer perguntas sobre o Banco Insular.

O Banco de Portugal, nos relatórios que tinha da supervisão, sabia que havia uma excessiva concentração de créditos e atropelo dos grandes riscos. Refiro só alguns números: 19% do crédito estava em 18 clientes; 52% estava no imobiliário; 9% do crédito estava em 25 acionistas. Portanto, são indícios de que não são cumpridas regras de concentração e de limites dos grandes riscos. Não vos vou maçar com isto, mas são elementos importantes.

Em seis anos, houve quatro auditores diferentes. Pelo menos um membro do conselho de administração saiu no mês de março e não assinou as contas do ano anterior.

Pelo menos desde fevereiro de 2008, o Sr. Dr. Abdool Vakil deu conta que havia contas fora do balanço no Banco Insular. Desde fevereiro até junho, não tomou nenhuma iniciativa?

Na minha opinião (é uma opinião muito pessoal, espero que não esteja a ferir ninguém), acho que nem pode invocar a falta de pessoas, porque o Banco de Portugal tem 1600 pessoas. Mais de 800 são licenciadas, doutores ou mestres. O Banco de Portugal cedeu, inclusive, 38 pessoas à sociedade gestora do fundo de pensões. Trabalhei em vários bancos e nunca vi tanta gente numa sociedade gestora de fundos. Portanto, dá-me a impressão - dá-me a impressão, não sei se estou a ser justo - que o Banco de Portugal não tem dificuldades em termos de pessoas.

Acabei de expor o primeiro erro, a que chamei de fortes indícios de negligência.

Em segundo lugar, há outro erro, na minha opinião: é que o comportamento que o Banco de Portugal teve conduziu ao agravamento da

liquidez do BPN, desde logo aquando da entrevista falada e refalada, nomeadamente pela forma miserável (miserável de miséria) com que nos foi apoiando com apoios de liquidez mais do que contragarantidos, pois estavam contragarantidos pelo dobro - os montantes eram mínimos, vinham a desoras e aos pinguinhos.

Refiro ainda a forma demorada como nos apoiou junto da Caixa Geral de Depósitos para estabelecermos uma linha de crédito, o tempo que demorou, as reuniões que tivemos, sempre com a seguinte ameaça: «você não estão a cumprir os limites de tesouraria». Pois, claro que não estávamos a cumprir!

E também a dita não intervenção do Banco de Portugal, que poderia ter intervindo, quanto ao levantamento de depósitos pelos organismos públicos e - há bocadito não disse, mas agora vou dizer - a ridícula (porque é mesmo ridícula), não aceitação dos 40 milhões não era como dinheiro vivo, era como dinheiro para fundos de garantia.

Tudo isto contribuiu para um erro clamoroso, que foi o agravamento da liquidez.

Finalmente, um erro mais grave, na minha opinião, foi a influência preponderante que teve na decisão da nacionalização por parte do Governo.

Quando fizemos o estudo de viabilização, que era nossa obrigação, apresentámo-lo ao Banco de Portugal, tendo-se lá dirigido dois colegas nossos - o Prof. João Carvalho das Neves e o Dr. Rui Pedras - para explicar o plano às pessoas que nos iam analisar. Ele não mereceu nenhuma questão. Aceitaram? Tinham decidido? Não perceberam? Não sei.

Só passado um ano, um ano não, uns meses largos, foi talvez em fevereiro ou março de 2009, é que soubemos os motivos pelos quais o nosso plano tinha sido recusado. E soubemos porque - não sei se foi o PS, o CDS ou o BE - um de vocês tinha o documento que dava o parecer negativo ao nosso plano. Só nessa altura é que soubemos.

Claro que o Banco de Portugal não tinha nada de nos dar conta do parecer negativo, mas podia ter dado, porque não íamos, digamos, contra-argumentar. Por esse facto, depois, até escrevemos um livrinho para ficar claro - e só por isso - que os critérios com base nos quais o Banco de Portugal anulou o nosso parecer eram completamente infundamentados, os quais espero que tenha oportunidade de explicar.

Na minha ótica, houve esses três grandes erros.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Sr. Dr. Meira Fernandes, muito obrigado.

Penso que o Sr. Deputado João Pinho de Almeida já concluiu o seu interrogatório, portanto tem agora a palavra o Sr. Deputado Honório Novo, do PCP.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. João Meira Fernandes. Muito obrigado por ter aceitado estar nesta Comissão. Já aqui estive em fevereiro de 2009 e agradeço-lhe novamente a sua disponibilidade.

Insisto numa informação que, embora conheça do que ficou registado na primeira comissão de inquérito, acho que tem que ficar novamente registada nesta Comissão de Inquérito. E não quero saber se a experiência profissional conjunta dos elementos do conselho de administração de Miguel Cadilhe era de 150 anos; o que quero é que fique registado em ata, nesta Comissão, qual é a sua experiência profissional na banca, isto é, os anos e os cargos que desempenhou na banca.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Sr. Dr. Meira Fernandes, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Sr. Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, antes de mais, devo dizer que estou na situação de pré-reforma. Não peço um emprego, mas vou ter de dizer o que é que fiz.

Sou licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto, exerci a atividade bancária no Banco Totta & Açores, onde criei o gabinete de estudos, na altura em que era presidente o Sr. Dr. Alípio Dias, e depois fui diretor do gabinete de estudos. Transitei para a área comercial, fui diretor coordenador do Banco Totta desde Bragança até Alcanena. Posteriormente, fui nomeado diretor-administrador do Banco Totta, em Londres (lá chama-se *general manager*) durante dois anos. Quando regresssei, fui administrador das *leasings* do Totta e da *rent* (Tottaleasing, Tottaimo e Tottarent), se a memória não me falha. Depois, fui administrador do Banco Borges & Irmão e do Banco de Fomento e Exterior.

Mais tarde, regresssei ao Totta, quando houve uma oferta pública de aquisição pelo BPI. Voltei a ser administrador de empresas do Grupo Totta e do Grupo, nessa altura, Banco Pinto & Sotto Mayor, ligadas à banca, portanto às *leasing* e às *renting*. Entretanto, fui para a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, onde fui administrador durante seis anos com o Dr. Tavares Moreira.

Fui presidente do Central Banco de Investimento, fui presidente de umas corretoras, fui presidente de umas sociedades gestoras, fui administrador de uma informática. Antes tinha sido também administrador da Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua, que está ligada à atividade bancária. Depois, tive um problema de saúde e passei à pré-reforma.

Foi assim, em linhas gerais. Também fui professor, mas a experiência bancária foi a que referi.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Dr. Meira Fernandes, peço-lhe imensa desculpa, mas julgo que, uma vez que já foi instado pelo Deputado João Pinho de Almeida e vai ser instado por mim a emitir algumas opiniões, era importante que todos tivéssemos conhecimento da sua qualificação profissional na área financeira bancária (eu já tinha conhecimento, mas era importante que todos os membros da Comissão tivessem) e, simultaneamente, noção do número de anos em que desempenhou funções de direção ou administração em vários grupos bancários nesta área financeira.

Começo por suscitar que me dê uma opinião sobre a questão das imparidades do BPN.

Sabemos que a administração de que o senhor fez parte promoveu uma auditoria externa pela Deloitte, em julho (adjudicou-a no dia 11 de julho), cujos resultados se cifraram em cerca de 700 milhões de euros de imparidades. Decidiram fazer aquilo que se designou por uma auditoria imediata à qualidade dos ativos - é uma terminologia que colhi da sua primeira prestação aqui, na comissão.

Depois, a mesma auditora, contratada pela administração de Francisco Bandeira, chegou à conclusão, no final do mesmo ano, de 2008, que as imparidades eram de 1624 milhões de euros. Ou seja, houve um «salto» de 700 milhões de euros para 1624 milhões de euros. Este é um tema sobre o qual já várias pessoas opinaram e gostava que o senhor opinasse também. Isto é, gostaria de saber que razões (todas) poderão ter havido para este «salto»? Crise? Critérios de avaliação? Resultados da segregação do Grupo? Que razões podem estar na base deste «salto»?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Tem a palavra, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Mais uma vez, boa tarde, Sr. Eng.º Honório Novo. Relativamente às imparidades, talvez se devessem dividir em duas partes: as imparidades do Banco Insular e as imparidades do Grupo BPN/SLN.

Antes de tomarmos posse, foi pré-condição de aceitação pelo Dr. Miguel Cadilhe e por toda a equipa que se fizesse uma auditoria transversal a todo o Grupo SLN — isto antes de tomarmos posse.

Mal tomámos posse, no dia 25, já tínhamos feito, digamos, o trabalho de casa, já tínhamos preparado um caderno de encargo, e propusemo-lo a duas, a quatro ou a cinco — já não me recordo — auditoras, uma das quais a Deloitte.

Nesse primeiro dia (isto também já foi falado aqui várias vezes), surgiu um *e-mail* a falar do Banco Insular. Ficámos alerta relativamente ao Banco Insular e, então, fizemos uma segunda auditoria que não estava prevista. Isto é, foi a primeira, mas, em termos de sequência, foi a segunda, que foi a auditoria ao Banco Insular. É da nossa iniciativa, tal como a outra. Mandámos fazer auditoria ao Banco Insular, a auditora que o faz é a Mazars e conclui, se a memória não me falha, que havia 360 milhões de euros de imparidades, imparidades essas que, tanto quanto sei, foram mantidas até agora, isto é, não se agravaram. Mantiveram-se os 360 milhões de euros.

Simultaneamente, adjudicámos à Deloitte a elaboração da auditoria sobre todo Grupo transversal. Quem fez primeiro, quem fez segundo...? Fomos nós, se alguém tiver dúvidas e quiser perguntar — sinceramente, não ia responder —, eu explico.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Isso está suficientemente documentado na primeira comissão de inquérito.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Então, quando entregámos o trabalho, depois a Deloitte apresentou-nos o relatório — estávamos nós em funções —, e chamou-lhe «Relatório Preliminar». Há uma dúvida que paira: relatório preliminar não significa rascunho, relatório preliminar significa relatório final. É uma questão de eufemismo. Por uma questão de educação, os senhores auditores entregam sempre um relatório preliminar, e porquê? Para nós trocarmos impressões e, às vezes, dizermos qualquer coisa a mais ou qualquer coisa a menos. É um eufemismo puro! Aliás, e muito bem, quem somos nós, quem é qualquer empresa para dizer à Deloitte, ou a à Ernst & Young, ou seja a quem for, para alterar o seu relatório?! Eles não alteram! O que eles alteram nestas preliminares são graus de adjetivos: o relatório diz «a evolução foi muito negativa» e nós dizemos «não foi muito negativa», então «mas foi negativa»; ou então «a evolução foi pequena», e nós dizemos «não foi pequena, não. Foi grande, veja lá então...». São, digamos, pormenores sem importância nenhuma.

Portanto, o relatório preliminar é um relatório definitivo — aliás, nem nós teríamos a veleidade de dizer à Deloitte «façam-nos aí um relatório a jeito», nem eles nos fariam, obviamente, e muito bem. Nem nós! Ou seja, quando eles nos entregam o relatório, não têm qualquer limitação. Portanto, as imparidades são 390 milhões de euros determinadas só e apenas pela Deloitte, por mais ninguém!

A seguir, passam para um valor que o Sr. Deputado diz ser de 1000 milhões de euros. O que é que acontece? Sinceramente, não sei, porque não vi! Mas, pelas conversas, algumas coisas sei que aconteceram, umas com lógica, outras, eventualmente, com menos lógicas. Umas com muita lógica: o BPN era dono da SLN, ou ao contrário: a SLN era dona do BPN mas o BPN era credor da SLN. Ora, quando o Banco é credor de empresas de um grupo...

Vamos imaginar, Sr. Deputado Honório Novo, que há uma operação qualquer que tem um período de amortização de 60 prestações, vence-se a primeira prestação e há duas alternativas: ou considerar tudo vencido, ou reestruturar essa operação. Se nós reestruturamos essa parcela que se abateu, não há provisões nenhuma, o crédito está vivo e bom; se não reestruturamos, todo o crédito é considerado vencido e provisiona-se. Ora, o que é que aconteceu quando o BPN sai da orla da SLN? A Caixa Geral de Depósitos, os administradores do BPN disseram — e bem, naturalmente — «os senhores não pagam? Não pagam uma prestação? Não faz mal, está tudo vencido». E o que faz a Deloitte, e muito bem: provisiona, aumenta as imparidades. Portanto, o volume substancial de imparidades surge por esse facto.

Um outro critério tem a ver com a maior severidade que a Deloitte poderá ter imposto, e bem — provavelmente, de certeza —, na valorimetria dos ativos subjacentes aos créditos contragarantidos.

Vejamos um caso concreto.

Vamos imaginar que há um crédito que tem como contrapartida um imobiliário qualquer — imobiliário que foi avaliado, na altura, pelo valor respetivo; entra em incumprimento, o imobiliário estava em crise. Se se fizer a reavaliação desse imobiliário, o valor é inferior, aumenta as imparidades. Só para simplificar: se por acaso, qualquer auditor fosse a qualquer banco agora, hoje, em que haja contragarantia de créditos por bens imobiliários e fizer a reavaliação desse bem imobiliário, o valor da contragarantia baixa, aumenta a imparidade.

Portanto, aumentaram pela severidade na avaliação dos ativos dados como garantia, na minha opinião, fundamentalmente porque a SLN deixa de ser do Grupo, aumentam as dificuldades naturais de reestruturação da dívida.

Penso que também aconteceu um outro fator, que se prende com fundos de investimento. Quando lá estivemos naqueles quatro meses, estávamos a trabalhar nos fundos de investimento — e lá, nos fundos de investimento, tínhamos um colega do conselho de administração que era — e é — uma pessoa extremamente experiente em fundos de investimento. Nós estávamos a reavaliar os fundos de investimento, admitíamos que eles estivessem sobrevalorizados, e íamos ver por que é que estavam sobrevalorizados. Quando saímos — não sei —, admitimos que a Deloitte tenha feito esse trabalho.

Portanto, a conjugação da saída do BPN do Grupo SLN, maior severidade na avaliação dos patrimónios que estavam como contragarantia e os fundos de investimento, tudo isso deve ter contribuído para aumentarem as imparidades. Tenho de frisar mesmo — claro que ninguém pôs essa dúvida, mas mais vale prevenir do que remediar — que, da nossa parte, não houve o mínimo reparo à Deloitte. Nem ela aceitava nem nós o fazíamos! E quanto às imparidades iniciais, o relatório não é preliminar, é um relatório definitivo, é um eufemismo chamar-lhe «preliminar», é por uma questão de delicadeza que é usado. Qualquer pessoa que aqui esteja e trabalhe em empresas sabe que é assim.

Não sei se respondi, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia) — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Completamente. O Sr. Dr. dá uma opinião que não é só testemunhal, é uma opinião qualificada sobre o que representam as razões de um salto de imparidades tão significativo, juntando-se, naturalmente, a outros eminentes economistas — há outros que não defendem, é verdade — que defendem a tese de que a segregação

do grupo por via da nacionalização é que determinou um salto, ou pelo menos parte do salto significativo das imparidades.

Eu só queria precisar valores. A ideia que temos é que, no momento da nacionalização, o volume de imparidades andava por volta dos 700 milhões de euros.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — 750!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — 750 milhões de euros e que, em dezembro, era de 1624 milhões. Em dezembro, no final do ano, a Deloitte anunciava que o volume de imparidades era 1624 milhões, mas isso já é posterior à sua presença.

Queria fazer-lhe uma outra pergunta relacionada com esta. O senhor foi, depois, administrador da SLN, até janeiro de 2009, e eu gostava de perceber — isto no caso de terem tido tempo de avaliar— qual era a exposição do BPN à SLN. Isto é, qual era o volume de créditos pelo qual a SLN tinha de responder perante o BPN?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Este número surgiu-me agora de repente, não sei se é assim, mas acho que era à volta de 600 milhões de euros, mas não posso precisar. Eu penso que eram 600 milhões, mas não posso mesmo precisar.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Deixe-me só precisar um elemento: não tem nenhum documento em casa de que posso socorrer-se para nos ajudar?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Vejamos, documentos em casa não tenho por dois motivos: primeiro, porque não posso ter...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não pode ter!

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Não posso ter, atenção, de empresas que estão abrangidas pela confidencialidade, nomeadamente do Banco de Portugal, e mesmo que não tivessem, não dizia. A SLN, na altura, estava-o. Claro que quando saí, quando saímos todos para a SLN, ficámos sem estar sob a tutela do Banco de Portugal.

Tenho alguns elementos, obviamente. Temos elementos até porque, de vez em quando, vim aqui, uma vez ou outra, recolhi sínteses, porque já vão quatro anos e, sinceramente, no BPN – penso de vez em quando, quando leio qualquer coisa – nunca mais pensei.

Mas com um esforço não muito grande sou capaz de dizer o valor efetivo. Em último caso, falo com o colega que tinha essa responsabilidade — se lhe telefonar, ele diz-me de certeza absoluta. Havia um colega nosso, do conselho, que era o responsável pelas empresas não financeiras; basta telefonar-lhe e ele não tem nenhum pejo em dizer-me qual o montante... Ou se os senhores telefonarem ao Dr. Franquelim Alves... não sei se ele diz, mas ele tem de certeza, da mesma maneira que eu tenho, alguns números na cabeça – não preciso de nada para saber qual o saldo da Jared, aquilo era comigo, eu sei! Não tem problema nenhum. Mas não me recordo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Dr. Meira Fernandes, ficamos com um número estimado de 600 milhões, exposição pós-nacionalização do

Grupo SLN ao BPN, a confirmar depois, por consulta ao Dr. Franquelim Alves.

Queria perceber o que vos levou, a si e aos outros colegas que ficaram no Grupo SLN, a demitirem-se em janeiro da administração do Grupo SLN.

Por aquilo que pude depreender da leitura de vários testemunhos que o senhor prestou publicamente – aliás, alguns deles estão reproduzidos na anterior comissão de inquérito –, parece que o grupo de pessoas convidado pelos acionistas para assumirem o conselho de administração do BPN e do Grupo SLN, em junho, como aconteceu, foram, de certa forma, enganados, se não por todos pelo menos por alguns dos acionistas que os convidaram.

Estou a referir-me concretamente ao famoso documento *Estado da Nação*, documento *Estado da Nação* que era do conhecimento de toda a gente – do Dr. Vakil, e até acho que era do conhecimento do Banco de Portugal –, mas que é um documento de que o Dr. Meira Fernandes e os seus colegas de administração só tomam conhecimento real e concreto em dezembro de 2008, isto é, já tinham saído da própria administração, sendo certo que se tivessem tido conhecimento daquele documento, porventura, era desnecessário terem feito algumas démarches, alguns processos e métodos que adotaram de urgência durante a vossa administração.

Queria perceber se de facto houve – deliberado, intencionalmente ou não – este engano de alguns ou de todos os acionistas que vos convidaram. Esta é ou não uma razão da vossa demissão?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Sr. Dr. João Meira Fernandes, para responder.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Vou falar em meu nome, claro, dizer porque é que eu saí, mas é como se estivesse a falar em nome de

todos. Se tiver alguma dúvida em que algum dos meus colegas não subscreve qualquer coisa que vou dizer, direi que não tenho a certeza.

Agora estou a falar em meu nome, mas falando genericamente.

É conhecido que a nossa *expertise* era bancária. Era o que sabíamos mais, embora todos nós tivéssemos grande experiência em muitas empresas, quando estávamos na banca íamos participando em milhentas empresas, mas a nossa *expertise* era a banca.

Portanto, fomos para lá para tentar viabilizar e incrementar o Banco e Grupo, mas era pelo Banco que nós íamos.

Ora, acontece que, efetivamente, tivemos uma oferta pública de aquisição, ou, se quisermos, uma nacionalização, hostil. Não queríamos ser nacionalizados e fomos nacionalizados, Não reagimos bem com quem nos nacionalizou. As relações com o Banco de Portugal e com o Ministério das Finanças não ficaram bem porque não estávamos de acordo.

Dissemos: «Vocês estão a fazer mal, há alternativas à nacionalização, o que vocês estão a fazer não é bom para a empresa, não é bom para a economia nacional». E, depois da nacionalização, iríamos ter de dialogar quer com o Estado quer com o credor Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, estávamos zangados por essa via. Ficámos muitíssimo zangados, todos nós, pelo facto de que falou agora, do relatório *Estado da Nação*. É que não obstante sermos consideradas pessoas com muita experiência, fomos enganados, completamente enganados. Houve o cuidado prévio de o Dr. Miguel Cadilhe falar com o revisor oficial de conta, com os auditores, com os acionistas, até com o Banco de Portugal, que não nos atendeu, para ver se havia alguma coisa de excepcional e nunca ninguém nos falou naquilo, senão, garanto – e agora falo por todos –, ninguém teria ido para lá.

Nós, quando vimos aquilo da SLN, dissemos: «fomos enganados também pelos acionistas», e foi dito, clarinho, clarinho, clarinho, que não gostávamos. Mas estávamos no Grupo SLN.

Portanto, tínhamos uma relação difícil com o Banco de Portugal e com a Caixa Geral de Depósitos, com quem iríamos ter de dialogar. Provavelmente lembrar-se-ão que eramos apologistas, enquanto membros do Conselho de Administração, que a SLN, dona do BPN, não devia aceitar de bom grado a nacionalização nem a forma de determinação da nacionalização do Banco como ela foi feita, através de um diploma legal que dizia que o BPN iria ser avaliado pelo valor patrimonial.

Peço desculpa – agora é uma questão técnica – mas não há nenhuma avaliação pelo método patrimonial. É uma perfeita tontería. Não há! Há a avaliações por avaliação patrimonial quando uma atividade encerra, o que não era o caso, o Banco era para continuar, e há avaliações pelo chamado método dos fluxos de caixa descontados. É a única que existe, há outras... Mas essa é a que existe.

Dissemos: «a Assembleia da República, enfim, fez o que lhe disseram, mas fez aquilo mal, não tem sentido», e nós propúnhamos que os acionistas propusessem duas ações, uma das quais não a ver com o caso, não interessa agora, mas a outra era quanto ao critério de avaliação do valor do Banco para efeitos de indemnização.

Como estávamos perfeitamente convencidos – não era perfeitamente convencidos, não tínhamos dúvida nenhuma, é mesmo assim, não há métodos de avaliação patrimonial, podem vir aqui dizê-lo mas não há –, tivemos de dizer aos acionistas que não estávamos de acordo com isto e que achávamos que eles deviam ver essa situação.

Alguns acionistas disseram: «mas isso não vai ser bom, porque vai demorar não sei quantos anos, vai-se arrastar muito tempo, vamos criar mais dificuldades. Como é que vamos dialogar com quem temos de

dialogar?» O facto de termos sido enganados, naquela altura não era elemento suficiente para abandonarmos. Tínhamos sido enganados, dissemo-lo, e continuámos.

Depois, disseram: «então, agora, vamos ter de ser mais flexíveis». Ora, a flexibilidade em pessoas independentes e técnicas, fundamentalmente, que é o que são, é difícil. Três é maior do que dois. Se calhar, não é bem... Não, não é mesmo! Três é maior do que dois e não dizemos o contrário. Temos dificuldade.

E aí começámos não a criar dificuldades mas a levantar estes problemas e, a certa altura, apercebemo-nos – e agora, aqui, não sei se foram todos, mas dois, ou melhor três, eu, o presidente e um outro colega aperceberam-se – que a SLN não veria com maus olhos se saíssemos, porque preferiam pôr pessoas mais competentes do que nós, de certeza, e mais flexíveis. Agora, não estou a ser irónico, estou a dizer flexíveis no sentido de saber negociar ... que não ponha, imagine, a ação quanto ao problema da avaliação patrimonial, e tem uma recompensa, recompensa não, uma maneira mais simples, do outro lado.

Apercebemo-nos que teria de haver alguém assim mais flexível. Nós não somos muito flexíveis nesse aspeto, não iríamos fazer um bom trabalho. Eramos empregados dos acionistas, não iríamos fazer um bom trabalho para os acionistas, eles estavam a pagar-nos e entendemos que o melhor era sairmos. Ninguém chorou, desculpe a expressão, pelo que presumo que eles não ficaram tristes por termos saído. O motivo foi esse.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Dr. Meira Fernandes, agradeço que tenha confirmado duas coisas.

A primeira é a de que um grupo de acionistas, alguns acionistas, enganaram a equipa do Dr. Miguel Cadilhe ao não lhe terem fornecido toda a informação que existia já disponível no BPN sobre o Grupo, designadamente não lhe fornecendo um documento que foi vastissimamente abordado e profusamente conhecido, que se chamava *Estado da Nação*.

Queria apenas dar um exemplo: o Dr. Almiro Silva, que é um acionista, foi ou não parte do grupo de acionistas que o convidou, a si e ao Dr. Cadilhe, para a administração do Grupo SLN?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Queira responder, Sr. Dr. Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Só para precisar: lembro-me perfeitamente que foi no dia 31 de dezembro que me mandaram o *Estado da Nação*. Foi exatamente no dia 31 de dezembro. Ficámos surpreendidos. Na altura, estávamos na SLN e pegámos no relatório e enviámos para o Banco de Portugal. Admitindo que eles não tinham conhecimento, enviámos formalmente. Dissemos: «tomámos conhecimento agora» e mandámos para o Banco de Portugal.

Lembro-me perfeitamente que foi no dia 31 de dezembro de 2008 que recebemos aquilo.

Respondendo à sua questão de quem nos convidou, direi que, por acaso, estive presente em todas as reuniões que o Dr. Miguel Cadilhe teve com os acionistas, desde o início, e o Sr. Eng.º, ou Dr.... o Sr. Almiro Silva era uma das pessoas que, desde o início... O Sr. Almiro Silva, o Sr. Joaquim Coimbra, o Sr. Fernando Cordeiro, o Sr. Alberto Figueiredo, o Sr. Eng.º ... não me recordo agora do nome dele, qualquer coisa das Neves.

Era um grupo forte que esteve presente desde o início.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Dr. Meira Fernandes, já não vou abordar com o detalhe que pretendia a questão do risco sistémico e as dificuldades de liquidez, uma vez que o Sr. Deputado João Almeida já fez um conjunto de perguntas. No entanto, queria precisar alguns elementos acessórios.

Quando se fala na solução a que vou chamar solução Banesto, para facilitar – agradeço que me tenha corrigido porque fui eu que coloquei essa questão de uma forma alargada em outras audições e, tecnicamente, não estava bem colocada, e percebo agora porquê, mas os meus interlocutores perceberam-na inteiramente –, o que queria saber era qual é a sua opinião sobre o seguinte: o senhor tem a sensação de que, alguma vez, foi considerada de facto esta hipótese de estudar e analisar uma solução deste género, quer pelo Banco de Portugal quer pelo Ministro das Finanças? Haveria ou não algum interesse dos outros bancos em participarem numa solução «à espanhola», para utilizar a solução que referiu relativamente ao Banesto?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Queira responder, Sr. Dr. Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - É um pensamento completamente subjetivo, uma informação muito minha. Acho que o Banco de Portugal nunca deve ter pensado no caso Banesto, digo eu, tendo em conta estes dias que lhe disse, de carta para cá, carta para cá. Resolvemos

os assuntos em 3 ou 5 dias, acho eu, mas não tenho a certeza. Mas o Banco de Portugal sabe isto de certeza absoluta.

Há uma coisa que eu sei: a análise de custos/benefícios da tomada de decisão não foi feita. Isso eu sei, pela intervenção do próprio Ministro de Finanças da altura, na comunicação que fez ao País.

Quanto ao interesse dos outros bancos em participarem numa solução «à espanhola», ponho a seguinte questão... Enfim, não ponho uma questão porque não posso pôr questões, mas faço a seguinte reflexão: se houvesse risco sistémico, todos os outros bancos tinham interesse em participar, porque o risco sistémico contagia quem? Os outros! Ora, os outros deveriam evitar o contágio, entrando na solução. Portanto, como não há risco sistémico nenhum, na minha opinião, nem se pensa na solução. Se houvesse risco sistémico não era preciso o Banco de Portugal fazer um esforço muito grande para que os outros bancos aceitassem. Eles entravam. Quando há um risco sistémico, quem se prejudica são os outros.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Diga-me uma coisa: para implementar uma solução deste género, era uma condicionante impeditiva, ou não – não era condicionante alguma –, o facto de estarmos a viver uma crise financeira?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Sr. Dr. Meira Fernandes, faça favor.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - A crise financeira que aconteceu – estamos a falar no Lehman Brothers –, na minha opinião...

O Sr. Presidente (Telmo Correia): - Sr. Dr. Meira Fernandes, peço desculpa por o interromper, mas recebi agora a informação de que há um problema informático, segundo penso – não tenho conhecimentos suficientes para o explicar – que está a impedir, a partir deste momento, a gravação da reunião, que é do maior interesse. Portanto, vamos ter de interromper.

Sr. Deputado Honório, que estava no uso da palavra, peço também a sua compreensão, mas há um «risco sistémico» da gravação, pelo que vamos ter de interromper e esperar que o problema seja resolvido.

Peço a vossa paciência e compreensão.

*Pausa.*

Srs. Deputados, creio que já estamos em condições de retomar os nossos trabalhos e esperemos que não haja mais percalços com o sistema de gravação que nos impeçam de continuar.

O Sr. Deputado Honório Novo, provavelmente, estará preocupado em saber se a sua última pergunta ficou ou não registada.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Presidente, já recebi informação de que está tudo gravado até ao momento em que interrompemos a reunião, portanto não temos de repetir nada.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): - Sr. Deputado, assim sendo, não sei se quer recordar ao Dr. Meira Fernandes a sua pergunta ou, pelo menos, o que estava a perguntar e que ainda não foi respondido. Creio que é melhor fazê-lo.

Faça favor, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - O Sr. Dr. Meira Fernandes ia responder à seguinte pergunta: a não consideração de uma solução tipo Banesto para o BPN podia ter sido condicionada, impedida, pelo facto de estarmos a viver uma crise financeira, ao contrário do que tinha acontecido em Espanha quando essa solução foi levada à prática?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Sr. Deputado, na minha opinião, não é impeditivo, uma coisa nada tem a ver com a outra.

Já agora, relativamente ao risco sistémico, lembrei-me de duas situações pequenas, de agora, que nada têm a ver com o risco sistémico mas, sim, com a postura dos bancos centrais.

Nós temos dois casos.

Primeiro caso: em Angola, há cerca de um ano, o Banco Espírito Santo Angola estava com dificuldades de liquidez e, curiosamente, o Banco Nacional de Angola apoiou-o, sem problemas nenhuns, coisa que aqui o Banco de Portugal não fez.

Segundo caso: a Caixa Geral de Depósitos é dona do Banco Caixa Geral, em Espanha, e se os senhores forem ver a diferença que há entre os recursos e as aplicações, constatarão que há uma diferença negativa muito grande, pelo que aquele banco precisa de apoios de liquidez. Então, a Caixa Geral, em Espanha, não estando no mercado monetário, quem é que a financia? É a Caixa Geral de Depósitos, e, muito bem, para evitar que haja problemas de liquidez.

Portanto, duas situações semelhantes, mas com comportamentos diferentes. Podemos dizer que o Banco Nacional de Angola está a apoiar o Banco Espírito Santo de Angola, porque os acionistas são angolanos. É verdade, sim, mas os acionistas do BPN também eram portugueses e, na

altura, a SLN tinha cerca de 400 acionistas e a esmagadora maioria eram pessoas corretíssimas que nada tiveram a ver com a situação.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - O Sr. Dr. Meira Fernandes já respondeu suficientemente ao problema da compra da Caixa e eu queria passar para outro tema, que é o seguinte: queria ouvir a sua opinião, como pessoa experiente no domínio bancário, sobre uma constatação que já tínhamos feito na primeira comissão de inquérito, mas que veio novamente à calha, sobre a participação das auditoras na auditoria de várias empresas que entram em conflito, isto é, a Deloitte audita o BPN, audita o BIC, audita as «Par», audita o Grupo Galilei/SLN e é sempre coordenada pela mesma pessoa.

O que é que o senhor acha disto tudo? Acha que há hipótese de impedir e de evitar este aparente conflito de interesses? Sei que não há muitas auditoras e há muitos clientes, mas como é que isto pode ser regulado?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Sr. Deputado, não conheço bem as regras de funcionamento das auditoras, mas elas estão sujeitas a umas regras e, sempre que falamos nisso elas, invocam-nos as chamadas «muralhas chinesas» — as *chinese walls*. O que é que eles querem dizer com isto? Que quando estou a ver este telemóvel não estou a ver esta esferográfica e que quando estou a ver esta esferográfica esqueci-me que vi aquele telemóvel isto é, temos «paredes» que nos dividem...

Mas eu não consigo! Eu quando vejo uma coisa não me esqueço da outra, mas é o argumento que, normalmente, eles invocam. De facto, às

vezes, eles têm equipas diferentes, mas, como disse, e muito bem o Sr. Deputado, o coordenador normalmente é o mesmo e o coordenador lê de todas as partes. Portanto, não sei como é possível desenvencilhar-se de uma situação destas, mas...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr. Meira Fernandes, não há «muralha chinesa» que resista ao facto de um coordenador coordenar tantas coisas e saber das equipas que coordena.

Sr. Dr. Meira Fernandes, no seu depoimento de fevereiro de 2009 na anterior comissão de inquérito, o senhor abordou um tema da auditoria à supervisão - tema que tenho, recorrentemente, abordado com várias pessoas que aqui têm vindo depor. Quero colocar-lhe, também a si, esta questão para ouvir a sua opinião: que entidade é que pode funcionar junto deste regulador da supervisão, ou de outros, à semelhança e imagem daquilo que o Tribunal de Contas faz junto da Administração Pública? Não será, certamente, um conselho que existe no Banco de Portugal, presidido pelo Dr. Rui Vilar, que pode desempenhar estas funções. Mas há alguma entidade, pode ser criada alguma entidade? O que é que o senhor acha disto?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - O Sr. Deputado deu a resposta. Eu penso que o próprio Tribunal de Contas não tem nenhum impedimento que o iniba de fazer auditoria ao Banco de Portugal, e se tiver algum impedimento a lei altera-se.

Penso que o Banco de Portugal devia, dadas as dúvidas, fundadas ou infundadas, que têm surgido ao longo deste tempo... — e não é só no caso

do BPN, também é no caso do Banco Privado Português e noutras situações. Perdoar-me-á, mas o Banco de Portugal devia fazê-lo por sua própria iniciativa, mas...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - O Sr. Dr. Meira Fernandes referiu-se publicamente a duas coisas: primeiro, que o BPN não foi assumido pela administração Cadilhe como pertencendo formalmente à SLN e, nessa sequência, foi feito um contrato de prestação de serviços entre o BPN e o Banco Insular para a realização da contabilidade do Banco Insular, mais ou menos em agosto de 2008. Ora, queria saber quem é que ajudou a administração a elaborar este contrato de prestação de serviços, quem é que o preparou dentro do sistema, quem foram os funcionários, os técnicos do BPN?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Sr. Deputado, vamos lá ver: havia uma confusão muitíssimo grande, derrapamo-nos com gente do BPN no Banco Insular e constatámos que quem fazia a consultadoria do Banco Insular era o Sr. Dr. José Vaz Mascarenhas, Sociedade Unipessoal, que tinha um contrato com o Banco Insular; depois passou a ser José Vaz Mascarenhas & Filhos, Lda e, depois, quando nós chegámos, o Dr. Vaz Mascarenhas queria que nós fizéssemos e nós dissemos: «Não, não fazemos». Então, ele respondeu: «Se vocês não fazem, vou deixar isto pendurado!» E nós arranjámos uma solução que nos interessava - depois posso dizer porquê, que era para controlarmos, pelo menos, os depósitos que nos tinham sido desviados - e encetámos um processo formal para

estabelecer um contrato formal entre nós — BPN — e o Banco Insular do Dr. Vaz Mascarenhas, a fim de resolver essa situação.

Quem nos ajudou, a nós, na altura, foi o serviço de contencioso. Foi o representante do serviço de contencioso quem nos ajudou na elaboração do contrato, porque aquilo tinha aspetos...

Também estávamos a constatar que muitas coisas que o Banco Insular tinha — nomeadamente contratos de créditos, aberturas de crédito, contratos de aberturas de contas —, o *modus faciendi*, a estrutura, era, senão igual, muito parecida com a que existia no BPN.

Agora, se era o presidente do Banco Insular com as relações que tinha junto do BPN que obteve os elementos para fazer um *copy-paste*, se tinha mesmo intervenção de alguma direção do BPN, isso nós não chegámos a apurar, mas era uma coisa que estávamos a querer apurar para ver se, de facto, havia alguma ligação. Mas não faço a mínima ideia.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Mas quem é que, concretamente dos serviços de contencioso, elaborou esse contrato de prestação de serviços? Terá sido o Dr. Armando Pinto?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Dr. Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - A 100%, não digo, mas digo-o a 99%, porque quando tinha qualquer coisa pedia-lhe. Aliás, ele era uma pessoa extremamente competente e nós pedíamos-lhe várias coisas. Portanto, tendo sido feito, de certeza que lhe pedia a opinião.

Aliás, há uma coisa de que me lembro: perguntei se não havia incompatibilidade do ponto de vista jurídico em o Sr. Dr. Vaz Mascarenhas, administrador do Banco Insular, ser, simultaneamente, um prestador de serviços ao Banco Insular, e fiz isso formalmente, na altura em que todos nós pensávamos que o Banco Insular era nosso. Atrevi-me a fazer essa pergunta e os nossos serviços de contencioso disseram que havia conflito de interesses nessa situação.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Então, não tem dúvida de que o Dr. Armando Pinto sabia exatamente o que é que se passava com o Banco Insular e as relações que tinha com o BPN?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Sr. Deputado, essa certeza não tenho, mas que havia uma ligação fortíssima entre o Dr. Armando Pinto, o Dr. Oliveira e Costa, o Sr. António Franco e toda a equipa, lá isso havia; agora, se ele tinha ou não acesso, não sei. Mas alguém tinha!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Em fevereiro de 2009, na audição em que estive na primeira comissão de inquérito, o Sr. Dr. Meira Fernandes disse que para reforçar a liquidez do Banco estava em curso a venda dos quadros de Miró, a utilização das moedas do Euro e a securitização do crédito.

Sobre a venda das moedas, já falou. Mas eu queria perceber por que é que não foram vendidos os quadros de Miró, se foi feita na altura da sua gestão alguma avaliação, por alguma daquelas leiloeiras, e o que é que significava esta operação de securitização do crédito pessoal, que, salvo erro, era de 200 milhões de euros.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Dr. Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Sr. Deputado, começando pela securitização, digo-lhe que a securitização é uma operação em que uma entidade tem um conjunto de créditos, junta-os, cria uma operação e vende essa operação, transmitindo a quem compra parte dos juros que as mesmas operações individualmente têm.

Concretamente, se todos nós aqui tivéssemos um crédito à habitação a um banco, em que um paga 3%, outro paga 4% e outro paga 6%, teríamos um montante cuja taxa média ponderada, vamos imaginar, é de 5,3%. Se o banco que tem o nosso crédito tem dificuldades de liquidez, o que é que faz? Junta todos os nossos créditos, vai ao mercado — que agora está a pagar a 3% —, esses créditos vencem-se a 5,3%, e diz: «Alguém quer comprar uma operação a 4,2%?». Então, em vez de fazer a 3% faz a 4,2%, ganha 1,2% acima do que ganham as outras pessoas e, portanto, o banco cede o que tinha a 5,3% por 4,2%, ficando com 1,1% e com liquidez para emprestar a 6%, a 7%, ou a 8%. Isto é uma operação de securitização, e nós estávamos a fazer isso com o crédito ao consumo da BPN Crédito — acho que se chamava assim.

A sua outra pergunta era sobre?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Porque é que não foram concretizadas as vendas dos quadros do Miró.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: - Sr. Deputado, os quadros do Miró estavam dados em contragarantia de alguns empréstimos que tinham sido feitos.

Ainda no nosso tempo, houve quatro ou cinco créditos que estavam vencidos (as operações de empréstimos estavam vencidas) e os quadros estavam lá como contragarantia, mas continuavam na mão dos devedores. O que fizemos? Considerámos o crédito vencido e tomámos posse de quatro, ou cinco, ou seis, já não me recordo.

Havia uma coleção de quadros, de que já não me lembro, porque eles eram bastantes. Alguns eram do próprio património do Banco — esses nós iríamos vendê-los — e outros estavam a contragarantir empréstimos, que só seriam nossos se os devedores não pagassem.

Não chegámos a fazer nenhuma avaliação. Na altura, estava o meu colega, o Dr. Renato Homem, com essa incumbência, mas acabámos por não ter tempo, porque havia uma avaliação, que já não me lembro de quem era. Não sei se era da Sotheby's... Era de alguém! De qualquer maneira, íamos fazer uma contra avaliação, para testar se aqueles quadros eram ou não verídicos, na totalidade.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não foi vendido nenhum, nem aqueles que eram de propriedade autónoma, plena, do BPN?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Na altura, não foram.

Já agora, vou dar esta resposta enquadrada naquilo que o Sr. Deputado há pouco perguntava, isto é, porque é que nós tínhamos também saído da SLN, como saímos.

Inicialmente, os administradores do BPN e, nomeadamente, o Dr. Miguel Cadilhe tinha força contratual para dizer à SLN «esta empresa ou este grupo não nos interessa, vamos vender; aquela empresa não interessa, vamos vender; estes quadros não interessam, vamos vender». Íamos vender ativos da SLN para quê? Por dois motivos: para insuflar liquidez no Banco, para diminuir os rácios de concentração e os limites de grandes riscos.

Quando o BPN nos sai das mãos, ficámos na SLN e os senhores acionistas da SLN, se vendessem aquilo que nós dizíamos, perdiam património. Quer dizer, vender para quê? Para pagar? Não, não pagamos. Vamos ficar com eles e vamos diluí-los. Portanto, nós ficámos com essa dificuldade — isto é importante — adicional para gerir. E os quadros Miró enquadram-se aqui. A certa altura, quando estávamos para os vender, uns estavam na SLN, outros estavam no BPN, e na fase final a SLN não queria vender rigorosamente nada. Preferia manter o maior universo possível de empresas.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Passados três anos, quase quatro, não há um único quadro que tenha sido vendido, nem uma única moeda de ouro que tenha sido transformada em dinheiro. Como é que o senhor avalia esta paralisação absoluta destes ativos facilmente realizáveis?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Ou as pessoas não precisam de vender porque têm liquidez, ou outra coisa qualquer...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não é a situação do BPN, Sr. Dr. Neira Fernandes!?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Não sei.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, a última pergunta que vou fazer é a seguinte: o Sr. Dr. Meira Fernandes referiu que o apoio à liquidez, dado pelo Banco de Portugal, no seu período crítico, era um apoio à liquidez «feito às pinguinhas», foi a expressão que usou.

Queria perceber o seguinte: esse apoio «às pinguinhas» é o resultado de uma vontade do Banco de Portugal, ou é o resultado de uma imposição legal existente, ou é um ato do Banco de Portugal passível de ser objeto de análise externa, por alguma entidade externa, que acompanha este tipo de cedências de liquidez por parte do banco central português?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — A ligação entre bancos, em termos de operações de crédito, funciona através ou de empréstimos, perfeitamente definidos ou do mercado monetário interbancário. O mercado monetário interbancário tem operações de *overnight*, que é de um dia para o outro, de uma semana, de 15 dias, de um mês, de três meses, de seis meses, dos meses que se quiserem. Portanto, a concessão de linhas de crédito a bancos depende, apenas e só, do conselho de administração do banco que empresta.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Estou a falar, concretamente, do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sim, eu percebi, Sr. Deputado. Mas eram duas situações: como falou na liquidez da Caixa e da banca, eu estou a definir. Portanto, com qualquer banco é assim como ouviu.

Com o Banco de Portugal havia — e há — uma linha, que se chama *Emergency Liquidity Assistance* (ELA), que tem os critérios que, muito bem, o Banco de Portugal assim define, que pode ser no *overnight*, que era como estava, todos os dias era renovada, todos os dias (aliás, era renovada essa e a da Caixa Geral de Depósitos, eram renovadas dia a dia, nós andávamos completamente controlados ao dia); ou que pode ser em prazos mais dilatados.

Percebo a razão por que o Banco de Portugal nos estava a apoiar dia a dia. De facto, nós tínhamos dois tipos de problemas, um problema estrutural (que era esse) e um problema conjuntural, que era mais elevado.

O Banco de Portugal, claro, estava a forçar-nos e nós queríamos ir para a resolução do problema conjuntural, isto é, resolver o problema da liquidez, de solvência e de viabilidade de uma vez só! Aliás, o nosso plano é abrangente: abarcamos a liquidez, a solvabilidade e a viabilidade.

Portanto, o Banco de Portugal, digamos, estava na «nossa onda», só que não pode pedir em dois dias — impossível! — que consigamos arranjar os fundos, na totalidade, para suprir estas situações.

Eu acho que às tantas teria de falar das razões do nosso plano, mas a sua pergunta não é essa. Se alguém a fizer, responderei.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): —Passamos para o partido seguinte, o Partido Social Democrata.

Chamava a atenção dos Srs. Deputados — obviamente, sem com isto querer, de maneira nenhuma, constranger os partidos que vão iniciar agora o seu interrogatório, muito menos em detrimento dos que já o fizeram, como é evidente — de que esta seria a hora normal de iniciarmos a nossa segunda audição e que faltam ainda intervir três grupos parlamentares. Houve também um pequeno problema com a gravação mas, ainda assim, estamos para além da hora.

Procurámos avisar o Sr. Dr. Fernando Lima — que será a segunda pessoa a ser ouvida hoje — do nosso atraso, que entendeu que, estando marcada a audição dele para as 16 horas e 30 minutos, aqui estaria a essa hora. Portanto, a informação que tenho é a de que já se encontra à espera, na Assembleia da República.

Digo isto só a título informativo, Srs. Deputados.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado do PSD Afonso Oliveira, para iniciar o seu interrogatório.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Dr. João Meira Fernandes pela presença nesta Comissão e pelos esclarecimentos que já deu durante esta tarde.

Penso que, até ao momento, o Sr. Dr. Meira Fernandes foi muito claro na exposição que fez, particularmente sobre a atitude do Banco de Portugal. Foi muito claro e muito forte nas afirmações que fez, muito contundente, muito afirmativo, considerando que o Banco de Portugal teve uma atitude negligente — são as palavras que usou. Disse-nos, ainda, que o Banco de Portugal não interveio na saída de depósitos, durante aquele célebre outubro de 2008.

Afirmou aqui que o Banco de Portugal teve uma influência preponderante na decisão do Governo em nacionalizar o BPN — também palavras que utilizou e que estou só a registar.

Contudo, o Dr. Vítor Constâncio, nesta Comissão (já cá esteve), não reconheceu qualquer tipo de negligência, nem reconheceu falha do Banco de Portugal. Acresce, ainda, que o Dr. Carlos Costa, atual Governador do Banco de Portugal, também nesta Comissão, transmitiu-nos, de forma muito clara, que já procedeu a uma série de alterações, desde que assumiu funções no Banco de Portugal, ao nível da supervisão.

Perante estes dois factos, que comentário se lhe oferece, Sr. Dr.?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Cumprimento o Sr. Deputado Afonso Oliveira, é um gosto falar consigo — não sabem, mas somos conterrâneos.

Respondendo às suas questões sobre o Banco de Portugal, talvez tenha utilizado a palavra «negligente», mas o que quis dizer foi que o seu comportamento foi conducente ao agravamento da liquidez. Digo negligência no sentido de suavidade naquilo de que falei

Quando diz — e é verdade, porque eu disse-o e repito— que houve uma ação preponderante da participação do Banco de Portugal na decisão do Governo, vou tentar explicar porquê. Quando digo que é uma ação preponderante, não estou, digamos, a atribuir-lhe um carácter positivo ou de negativo à ação que eles tiveram, mas que é preponderante, é! E isto porquê?

Nós apresentámos um plano (que poderemos, depois, discutir) e o Banco de Portugal emitiu — e muito bem — o seu parecer, que foi um parecer que é negativo. Tudo bem. E o Governo, com base naquele parecer, decide — muito bem também, ou muito mal, e eu acho que foi muito mal — nacionalizar.

Porque digo, então, que tem uma ação preponderante? Vou ter de, muito rapidamente, falar sobre algumas questões que o Banco de Portugal veio invocar como justificativas do parecer negativo e que, depois, conduziram a tal... Por isso digo que é preponderante.

Uma das razões — que são desmentidas pelos factos — prende-se com o facto de o conselho de administração não ter dado sequência à oferta da Caixa, com vista a uma maior negociação para a compra do BPN. Ou seja, uma das razões que eles apresentaram ao Governo é esta: «Apresentámos uma proposta e eles não deram sequência à oferta». Não vou maçá-los outra vez com a leitura das cartas, mas não é verdade: demos sequência, em dois dias, à carta dos senhores.

Outras razões do Banco de Portugal, como se o plano fosse débil nos pressupostos: disse — já tenho ouvido aqui várias pessoas dizer — que o nosso plano estava assente em premissas completamente irrealistas. Portanto, fica bem dito isto, que são irrealistas, mas não se diz por que é que são irrealistas. Então, eu vou dizer se são ou não irrealistas!

Não se esqueçam que estávamos em 2008, com os dados da altura, e não em 2012. Em 2008, com os dados da altura, a administração Cadilhe, estimou que o crédito crescerá a 12,5% — dizem: «é um disparate». É capaz! Mas vamos ver como tinha evoluído: tinha evoluído 9,6%, 12,2%, 18% e 14%, e nós estimámos 12,5%. Parece-me um valor correto.

E os outros bancos? Nos outros bancos, também lhe digo: o crédito evoluiu a 13,2%, 13,3% em dois anos, 28% no total. Portanto, cresceram acima de nós.

Isto não é irrealista, é assim! Irrealista é dizer a palavra. Isso é irrealista. Não!

Um outro pressuposto débil do nosso plano para o Banco de Portugal tinha a ver com os recursos de clientes. Nós púnhamos os clientes a crescer

a 11,6%. Vamos ver o irrealismo, partindo de 2005: no BPN, 13,2%, negativos — 0,6%, positivos — 17,4%, positivos — 23,7%, e nós 11,6%.

A banca, no seu todo: 12,5%, 10,5%, 23,8%.

Outro indicador que púnhamos: o ativo. Pusemos o ativo a crescer 14,6%. Quanto cresceu o ativo da banca? 12,7%, 11,4%, 24,1%. Não sei se isto é irrealista.

Mais: é mais fácil para o BPN crescer a valores mais elevados, percentualmente, do que os outros, porque o BPN tem uma dimensão mínima. Só para ficarem com uma ideia, vou dizer-vos o seguinte: enquanto no BPN o crédito, por balcão, era de 22 milhões de euros, na banca era de 48 milhões. Portanto, é mais fácil subir de 22 milhões 10%, do que de 48 milhões 20%!

Quanto aos recursos de clientes, enquanto no BPN o custo por balcão era de 22 milhões de euros, na outra banca era de 30 milhões. Portanto, para nós, era mais fácil subir. E quanto ao ativo total, enquanto, para nós, o ativo total por balcão era de 35 milhões de euros, na outra banca era de 70 milhões de euros. Portanto, é muito mais fácil subir de bases baixas do que de bases altas.

Então, o que é que nós temos? Temos duas situações: as nossas taxas de crescimento abaixo da histórica (nossa), a nossa taxa de crescimento abaixo da taxa de crescimento da APB (Associação Portuguesa de Bancos). Já agora, refiro que a fonte é a APB. É fácil: vão ver no Boletim Informativo da APB — salvo erro, os n.<sup>os</sup> 39, 41 e 43 —, estará lá tudo.

Um outro pressuposto tinha a ver com razões do Banco de Portugal que eram «não razoáveis», para não dizermos mesmo incongruentes. O que é que nos diziam? Que a nossa remuneração (a que propúnhamos) era uma remuneração baixa para os 600 milhões de euros. Ora, nós propúnhamos um dividendo prioritário, que pagava 1% da taxa da dívida pública; propúnhamos um dividendo variável, em função da *performance*; e

propúnhamos um prémio de resgate, se o banco de lá quisesse sair antes do prazo. Isto no pressuposto, claro, de que era viável.

Uma outra razão que o Banco de Portugal invocou era a de que o nosso plano era fechado a negociações. Não, o nosso plano não era fechado a negociações, e tanto não era fechado que, através da lei, depois veio estipular a possibilidade de designar membros quando o Banco de Portugal (ou o Governo) fizesse intervenções junto da banca.

Uma outra razão que o tempo poderia comprovar. Nós fizemos o nosso trabalho, o nosso estudo (depois também poderei falar disso, se assim o entenderem) sobre como melhoraríamos a liquidez, a solvência e a viabilidade, e não foi com base em nada de palpável. Fizemos um plano chamado «Plano de Reestruturação e Valorização» que foi feito, não por terceiros, mas pelo Conselho de Administração, com o apoio de todos os diretores centrais, que continha medidas, que estava calendarizado, que tinha objetivos, prazos e tinha responsáveis. Na altura, a motivação da equipa era elevadíssima. Portanto, nós não pusemos estes valores... Além de serem, digamos, baseados naquilo que eu disse, eram com esta participação. Não conseguimos prosseguir com o plano de reestruturação; deixassem-nos e veriam se tínhamos ou não!

Disseram também que não vendemos. Pois não vendemos, não tivemos tempo. Quando íamos começar a vender, a alienar os ativos que não tinham interesse nenhum, mandaram-nos embora. E nós fomos.

E razões que o Banco veio a demonstrar não terem sido resolvidas.

Eles queriam que o Banco privado, de uma vez só, resolvesse todos os problemas de crédito — portanto, a concentração. Ora, nós propúnhamos que a concentração de crédito fosse gradual, à medida que íamos vendendo ativos da SLN, à medida que íamos aumentando os capitais próprios, iria ser gradual. Pois, disseram: «Não, não!» Foi recusado, porque nós não obedecíamos aos limites de grandes riscos à

concentração. «Não, senhora!» E o que aconteceu a seguir? Agravaram-se. Agravaram-se, e de que maneira!

Outro limite, outra razão foi como se nós não cumpríssemos a regulamentação. E tem a ver com os 35%.

Ora, a participação do Estado não ia ser feita de uma vez só. Nós tínhamos várias medidas. Uma era a do aumento do capital social: 380 milhões de euros — mesmo essa era escalonada; tínhamos 600 milhões de euros, que não tínhamos definido com o Banco de Portugal; tínhamos 500 milhões de euros, com instituições, que estávamos em negociação; e tínhamos a venda de 45% dos ativos, a um investidor privado, que iria ser a seguir.

Tudo isto, ao longo do tempo, permitiria que os 35% fossem perfeitamente integrados.

Portanto, a preponderância que eu disse que o Banco de Portugal teve, na decisão do Governo, foi esta. Portanto, deu um parecer, na nossa opinião, infundamentado, completamente infundamentado. Pareceu-nos um parecer, aliás — pareceu-nos, sim! Vou dizer, porque não tem problema algum —, de pessoas que nunca trabalharam nesta área.

Tivemos o cuidado de fazer o trabalho e de o mandar ser explicado por dois colegas do conselho de administração. Foi visto por senhores da supervisão que terão muita experiência na supervisão; não sei se têm em planos estratégicos, mas admito que poderão ter.

Mas, mais correto, na nossa opinião, seria ou nos questionarem, para termos a possibilidade de explicar, se assim fosse entendido (não foi, paciência!), ou, pelo menos, pedirem a alguma entidade especializada, que faria a análise em menos tempo. Portanto, é por isso que digo que foi preponderante.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira, para prosseguir.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Dr. João Meira Fernandes, antes de fazer uma outra pergunta, gostaria de saber (sei que os dados que nos apresentou, agora, são dados que recolheu) se seria possível fornecê-los a esta Comissão, numa folha simples, que nos permitisse perceber o que acabou de dizer, isto é, que há aqui uma discrepância entre a realidade, transmitida por si, e os argumentos apresentados para a nacionalização.

Já agora, há uma outra questão que lhe colocava, que é da flexibilização. Muitas vezes, tem sido colocada a tónica de que o Dr. Miguel Cadilhe e a equipa do BPN, na altura, tinham um plano muito rígido e que, com aquele plano, não seria possível ter sucesso no Banco.

A pergunta que lhe faço é muito simples: havia flexibilidade para melhorar esse plano, para o alterar, para, ao longo do tempo, introduzir novos dados, novas alterações, vindas do Banco de Portugal?

Refiro ainda uma outra questão que gostava que comentasse, uma vez que o tempo de que disponho é muito curto. O Sr. Dr. Meira Fernandes escreveu um livro — todos nós o lemos, com certeza —, após a sua saída da administração, com o Dr. Carvalho das Neves. Ora, nesse livro, pode ler-se o seguinte: «Entendemos que a nacionalização ocorreu mais por questões políticas, pois nunca houve, tanto quanto temos conhecimento, estudo económico comparativo, minimamente aprofundado, entre a opção do Governo — nacionalização — e a alternativa que a administração liderada por Miguel Cadilhe apresentou ao Sr. Ministro das Finanças».

Esta questão também já foi por nós colocada, em vários momentos, ou seja, se havia um estudo feito pelas entidades competentes, pelo Ministério das Finanças relativamente à nacionalização. Gostava, pois, que

comentasse estas afirmações que também faz no livro, à luz do momento em que escreveu e à luz do dia de hoje.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Dr. Meira Fernandes, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — A resposta à questão da flexibilização é óbvia: o nosso plano era gradual. Uma das razões fortíssimas em que se vê que o plano era flexível, por exemplo, era o facto de estarmos a estudar com a Morgan Stanley a entrada de um parceiro novo. Portanto, não sabíamos quando era, nem se era, nem quando viria a ser e, claro, isto teria que ser, depois, objeto de uma reanálise gradual.

Já agora, só um pequeno pormenor: o trabalho que a Morgan Stanley nos estava a fazer para arranjar um parceiro custava zero, portanto, não nos levava dinheiro. E não é por nada! A função deles é ganhar dinheiro, mas estavam perfeitamente convictos, das conversas que tinham tido e das análises que tinham sido feitas, que iam conseguir arranjar alguém interessado e ganhariam do lado de quem eles iam ter.

Quanto ao facto de eu dizer que foi uma decisão de cariz, de carácter político, digo-o pelo seguinte: não havia nenhum estudo, nós não conhecíamos nenhum estudo. Portanto, se não há nenhum estudo — não há nenhum estudo de custos/benefícios, nem nada! —, se a avaliação que eles fizeram, em nossa opinião, é infundamentada, só pode ter sido (e não faz mal! Aliás, aqui são todos políticos!) com base numa decisão política. Não teve nada a ver com a lei, foi uma decisão política que não fará mal nenhum. Mas foi mesmo política, não pode ter sido uma outra.

Já agora, esclareço o seguinte: porque é que nós escrevemos o livrinho? Escrevemos o livrinho, porque entendemos que devíamos deixar, em nossa opinião (minha e do Professor João Carvalho das Neves), bem

expresso, para memória futura, quem foram os responsáveis pelas irregularidades.

Achámos que devíamos deixar bem expressos os enormes custos que os contribuintes tiveram de suportar; achámos que devia ficar expresso que as diversas entidades de supervisão — auditores, revisores oficiais — tiveram um acompanhamento ineficiente. E, sobretudo, escrevemos o livrinho para que ficasse claro que havia uma alternativa à nacionalização e que essa alternativa foi, na nossa opinião, bem fundamentada (e mal fundamentada a sua anulação), que o ato de nacionalização foi tomado por pessoas que não nos pareceram, do ponto de vista técnico, terem um grande substrato.

Com o devido respeito, volto a frisar que o antigo Ministro das Finanças disse que o custo para o contribuinte era zero, mas que ia meter 600 milhões de euros (que eram um custo para o contribuinte, portanto). Isto revela tudo! Era, pois, evidente que, à partida, contra tudo aquilo que foi dito e redito, os custos para o contribuinte seriam elevados.

Também queríamos que ficasse expresso que, na nossa opinião, o risco sistémico era um «papão» e queríamos que ficasse expresso que os problemas de liquidez, de solvabilidade e de viabilidade que o Banco tinha não foram resolvidos com a nacionalização, foram agravados.

Por isso, escrevemos o livrito, pura e simplesmente, com esta finalidade, que não outra.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — O Sr. Dr. Meira Fernandes diz ainda no livro (e permita-me que cite, muito rapidamente): «Depois deste nosso desempenho, vimos, afinal, o nosso mandato interrompido pelo ato

abrupto de uma nacionalização por parte de um Governo que não quis ou não soube aprofundar uma solução de racionalidade económica para o Banco e que fosse possível ao País que mantivesse o Banco sob gestão privada ou público-privada, com capital misto». O Sr. Dr. Meira Fernandes também aqui já referenciou este aspeto e, a propósito disto, gostaria de colocar-lhe algumas questões.

Um dos objetivos desta Comissão de Inquérito é o de averiguar a dimensão dos recursos públicos atribuídos ao BPN, nos processos de nacionalização, reestruturação e reprivatização. Já foi assumido, perante esta Comissão, pela administração da Caixa Geral dos Depósitos e, também, pela administração do BPN, que os custos assumidos pelo BPN são de 2,2 milhões de euros de imparidades, mais 600 milhões de euros pela recapitalização no processo de privatização.

De acordo com a afirmação do Dr. Norberto Rosa, também nesta Comissão, «teremos de avaliar os custos finais dos ativos que estão sediados nos veículos, cerca de 3000 milhões de euros» — palavras do Dr. Norberto Rosa. Ora, a dúvida que muitos portugueses têm é a de saber se os custos da nacionalização são maiores ou menores do que o plano do Dr. Miguel Cadilhe. É difícil de avaliar, reconheço isso, mas gostava de ouvir a sua opinião, até porque estive em todo o processo.

A questão é esta: se, naquele momento, não tivesse havido a nacionalização, e havendo a possibilidade de a mesma ser efetuada a todo o momento (foi uma questão que também coloquei ao Dr. Miguel Cadilhe), ou seja, o Governo não tinha de tomar a decisão naquele momento, podia tomá-la um mês, dois, seis meses ou um ano depois, os custos seriam menores? Qual é a sua opinião, à luz do que conhece daquele momento e dos dias de hoje, também.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Dr. Meira Fernandes, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr. Presidente, antes de responder, gostaria de fazer um pequeno reparo, um pequeno acrescento à minha intervenção anterior, quando tentei (na minha ótica, claro!) justificar que as variáveis que incluímos no desenvolvimento do nosso modelo eram reais.

Claro que estou a falar do que nós sabíamos na altura. E, na altura, não sabíamos, por exemplo, que a dívida pública, o endividamento público era tão elevado, o que veio a causar dificuldades de acesso ao mercado. Na minha opinião, em Portugal, os bancos não tiveram dificuldade de acesso ao mercado por dificuldades do banco; tiveram dificuldades de acesso ao mercado por falta de confiança no endividamento.

Na altura, não sabíamos qual era o grau de endividamento público. Não sei se, na altura, o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Governador do Banco de Portugal teriam essa informação, e já sabiam que não ia ser possível crescer sempre. Mas nós não a tínhamos! Naquela altura, não tínhamos essa informação — não sei se ela existia.

Quanto a saber se os custos são maiores ou menores, podia dizer que iam ser menores, fazia aqui... — valeria era uma palavra. Mas há uma coisa que tenho a certeza absoluta que seria menor, absolutíssima! Como havia uma participação dos acionistas de 380 milhões de euros, fosse qual fosse o valor dos custos, no nosso caso, eram menos 380 milhões de euros, porque se os acionistas metiam 380 milhões de euros, não os iam reaver, e o Estado podia sempre nacionalizar numa fase seguinte. Portanto, absolutíssima, aritmética pura: custos a mais? 380 milhões de euros são, de certeza! Mais, não lhe consigo dizer.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr. Meira Fernandes, o Governo decidiu nacionalizar o BPN a 2 de novembro de 2008, como já falámos. E já foi assumido perante esta Comissão, pelo Prof. Teixeira dos Santos, que a decisão de privatizar o Banco foi tomada no dia seguinte — ele disse-o nesta Comissão.

*Protestos da Deputada do PS Ana Catarina Mendonça.*

O Sr. Prof. Teixeira dos Santos disse aqui, claramente, que a decisão, a tomada de posição, a assunção por parte do Governo — para que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça fique completamente tranquila em relação a isto — foi no dia seguinte. Depois, a forma como o processo decorreu já é da responsabilidade do Governo.

Pergunto se, na sua opinião, naquele momento, considerava que havia uma estratégia do Governo para o Banco e, por outro lado, gostaria que aprofundasse um pouco mais (gostava de perceber essa parte) como é que um banco nacionalizado perde cerca de dois terços dos depósitos. Como é que se compreende que tal aconteça? Porquê?

Pela sua experiência, como é possível avaliar que a estratégia comercial do Banco foi a mais correta. Poder-se-á dizer que houve uma redução dos depósitos porque se seguiu uma outra estratégia, porque as taxas de juro praticadas nos depósitos a prazo eram mais baixas do que as praticadas anteriormente — compreende-se isto. Mas pergunto: faz sentido uma atitude comercial desta natureza quando o Banco precisava de recursos? O custo dos recursos obtidos pela Caixa Geral de Depósitos é mais elevado ou mais baixo junto dos clientes?

São estas as questões que gostava que explicasse.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Por acaso, fui, e sou, cliente agora do BIC, na altura do BPN, e falo por mim: aumentei os meus depósitos quando saí do BPN. É fácil ver. E aumentei pelo seguinte: a partir do momento em que lá está o Estado, o Banco garantia-os de certeza absoluta, aumentei os meus depósitos porque tive confiança no Banco.

O que aconteceu — o mercado não sou eu — foi que o mercado não teve confiança e fugiu. Temos de perguntar, vai-me desculpar, a 10 milhões de pessoas por que é que tiveram essa atitude!?! Penso que foi o susto que as levou a tirar de lá o dinheiro, não foi outra coisa. Só pode ter sido isso.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr. Meira Fernandes, pela sua experiência profissional e pelo conhecimento próximo que tem do Banco, considera que, estando assumido pelo Governo que o caminho era o da privatização do Banco, como é que avalia... — percebo que possa dizer «eu não estava no banco, não tenho essa responsabilidade». Mas, da sua experiência, como avalia o tempo que decorreu entre a nacionalização e a reprivatização. Ou seja, mesmo que não seja o caso do BPN, num qualquer banco, numa instituição desta natureza, o tempo em que foi gerido o Banco nos termos em que o foi é ou não um fator de destruição do valor?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — O Sr. Dr. Afonso Oliveira já me respondeu, já disse que eu não estive lá e que não sei. Falarei apenas da experiência que tive, e tive duas experiências ao longo da minha vida nesta matéria. Mas é evidente que, se as decisões não forem tomadas em tempo, retira valor ao banco.

Sei que, em 1997 ou em 1996, se a memória não me falha, eu era administrador do Banco de Fomento e Exterior e do Banco Borges & Irmão e fomos objeto de uma oferta pública de aquisição hostil pelo BPI, na altura. Sei que eles prepararam aquilo em cerca de dois, três meses, e a dimensão destes dois bancos é muito grande.

Depois, quando fui administrador da Caixa Central, fizemos uma oferta pública sobre o Central Banco de Investimento — é evidente que nós tínhamos algumas relações (algumas relações, não, nós éramos também acionistas) — e, se a memória não me falha, fizemo-lo num mês e meio a dois meses. O Central Banco de Investimento era mais pequeno do que o BPN, mas o Banco Borges & Irmão e o Banco de Fomento tinham uma quota de mercado de cerca de 11% a 12%, se a memória não me falha.

À partida, parece-me que o tempo... Parece-me! Mas não sei o apoio que tiveram do acionista, não sei a disponibilidade de tempo que os administradores tiveram para se dedicar ao BPN, porque também estavam alguns na Caixa. Não faço ideia. Mas assim, «a frio», parece-me, mas isto vale a opinião de uma pessoa já de alguma idade. Só, mais nada.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr. Meira Fernandes, a questão é muito essa. Quer dizer, se não fosse importante o tempo, todos os processos que se conhecem de fusão de bancos ou de absorção de bancos, como lhe quisermos chamar, far-se-iam num tempo muito mais longo. E não se fizeram por alguma razão! Há aqui um processo que destrói valor.

Coloco uma última questão, e depois passaria ao meu colega Deputado Hugo Lopes Soares: quando assumiram o BPN, como é que o encontraram? E qual foi o papel da administração de que fez parte na deteção das imparidades e irregularidades e na verdadeira dimensão do buraco do BPN? Ou seja, até ao momento em que lá chegaram, pelo que percebi, pelo que tem dito, pelo que está escrito, não tinham conhecimento da verdadeira dimensão daquele buraco. Qual foi o papel da administração de que fez parte, com o Dr. Miguel Cadilhe e com a equipa, na deteção dessas irregularidades?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — São medidas, realmente, estranhas.

A primeira medida que foi tomada foi a emissão de um documento que dizia: «Há tolerância a zero quanto a irregularidades». Nunca tinha visto aquilo! Ninguém pode cometer mais irregularidades — ok, ponto final. Ora, quando chegamos a este ponto, está tudo dito! Eram tantas as irregularidades que tivemos de tomar essa decisão, e não foi fácil porque dissemos «isto aqui vai transpirar para o mercado». Não sei se sabem — sabem, de certeza —, mas o universo era de 200 e tal empresas e fizemos a comunicação para as 200 e tal empresas; não foi só para o Banco, foi para o Banco e para todas as participadas.

Disseram: «Vamos perder o controlo. Portanto, começamos por aí». O que é que detetámos? Mandámos fazer logo uma análise, uma auditoria ao Banco Insular e verificámos que havia dois balcões, que não são virtuais, como algumas vezes se diz, são dois balcões que estão devidamente identificados, em que, quando eles consolidam, um não entra na consolidação.

Já agora, como é que surge o Banco Insular? De uma maneira muito simples: as *offshore* eram financiadas pelo BPN Cayman. O BPN Cayman tem regulamentos de supervisão. Quando o BPN Cayman estava fora dos regulamentos, criaram o Banco Insular; ele já existia, mas aproveitaram o Banco Insular para meter as irregularidades lá, porque o Banco de Cabo Verde, na altura, não fazia ou fazia com mais ligeireza — e o Banco Insular surge apenas para dar sequência a isso.

Fizemos, depois, as auditorias e todo o processo que já é conhecido.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Continuamos, então, com as perguntas do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, quero cumprimentar o Dr. Meira Fernandes, agradecer-lhe os esclarecimentos já prestados e aproveitar a oportunidade para lhe dizer que, depois de várias e muitas horas de audição, finalmente, tivemos, hoje, alguém que nos disse, pelos menos do ponto de vista técnico, qual é o conceito de risco sistémico. É que esse «papão» foi aqui «abanado» tantas vezes, mas a verdade é que nunca ninguém, como o Sr. Doutor acabou de fazer no início da sua intervenção, aliás, utilizando um estudo — que, se calhar, devia ter sido feito para cá também — que tem a ver com a crise do sistema financeiro na

Irlanda, mostrando claramente quais são as componentes daquilo a que se pode chamar ou daquilo que densifica o conceito de risco sistémico.

Portanto, se mais vantagens não houvesse na sua vinda a esta Comissão, e há certamente muitas, como já disse, essa era seguramente uma grande vantagem.

A propósito do risco sistémico, quero colocar-lhes as seguintes perguntas.

Há três instituições que poderiam, à data, avaliar a necessidade da nacionalização do BPN: o Banco de Portugal, a tutela, designadamente o Ministro das Finanças de então, Prof. Teixeira dos Santos, e a administração do BPN. A administração do BPN de então, é público, tinha um plano e um caminho diferente que não o da nacionalização. E sabemos, hoje, que a nacionalização, o tal susto, a tal bomba atómica, motivou todo o desvalor no Banco que hoje conhecemos.

O Banco de Portugal e o Prof. Teixeira dos Santos decidiram nacionalizar o Banco — e eram eles que estavam na posse de informação, conjuntamente com o BPN. O Sr. Dr. Meira Fernandes conclui que não havia risco sistémico, conclui que não devia ter sido feita a nacionalização. Mas nem o Prof. Teixeira dos Santos nem o Dr. Vítor Constâncio são pessoas propriamente inexperientes, ingénuas, sem experiência no ramo. Não! Pelo contrário. Portanto, de duas, uma (e o Sr. Dr. Meira Fernandes tem de ajudar-me, porque é importante que percebamos isto): ou há incompetência na decisão ou há algum pré-juízo político formulado antes, que tem qualquer objetivo, que desconhecemos, para se decidir pela nacionalização.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr. Deputado, acho que não posso dizer-lhe que há um pré-juízo político. Não sei, não estou dentro das pessoas. Posso dizer, um bocadinho a contragosto, mesmo a contragosto, que aquelas duas afirmações de que não há custo para os contribuintes e que os 600 milhões de euros são sob a forma de dádiva e não de... revelam incompetência mesmo, na minha opinião.

Lamento dizer isto, mas é básico. Porque se não fosse incompetência que revelasse, era outra coisa pior! Aliás, o Sr. Dr. Vítor Constâncio nunca afirmou... Quer dizer, na altura começou por dizer que os custos para os contribuintes poderiam ser alguns... não eram nenhuns... e depois subiu. Mas calou-se. O Sr. Prof. Teixeira dos Santos disse-o, redisse-o e apregoou-o.

Portanto, eu tenho — vou dizer a palavra — algum carinho pelo senhor, mas também tenho de dizer que ele deve estar muito penalizado com ele próprio por ter feito estas afirmações. Confundi capitais próprios com empréstimos? Talvez!

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, chamo a sua atenção para o facto de o tempo indicativo do PSD já ter sido excedido.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, farei só mais duas ou três perguntas.

Reconheçamos: de facto, se não queremos ir mais longe e admitir que havia um pré-juízo político por qualquer razão (e esse meio de suspeição não lançaremos de certeza absoluta) avaliemos, então, do ponto de vista da competência, e do ponto de vista da competência parece que há uma decisão incompetente: uma decisão incompetente que custou o que

custou a todos os contribuintes portugueses — é importante realçar este aspeto.

É que a experiência e a competência do Sr. Dr. Mira Fernandes não pode servir só para algumas coisas; a sua experiência avalisada serve também para avaliar este tipo de juízos que acabou de fazer e, por isso, queria agradecer-lhe muito.

A segunda pergunta visa terminar com o mito, de uma vez por todas. Já aqui tentou demonstrar-se que foi a nacionalização permitiu pôr a nu, que permitiu pôr a descoberto todos os crimes e ilegalidades que aconteceram no BPN. Ora, pergunto-lhe diretamente: a sua administração levantou, ou não, um conjunto de irregularidades, de crimes que eram cometidos no BPN? Foi a nacionalidade que permitiu ou que permite aos portugueses saberem, hoje, o que verdadeiramente ser passava no BPN ou a sua administração estava nesse caminho?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Queria fazer uma precisão: não sei se a decisão foi incompetente. O que disseram para decidirem foi incompetência. Portanto, não sei se a nossa decisão...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mas a decisão é fundamentada!

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sim, é fundamentada. A afirmação é perfeitamente incompetente, na minha opinião, Mas não disse que a decisão o era.

Relativamente à pergunta sobre se contribuímos para a deteção de irregularidades, desculparão, mas penso que podemos chamar a nós, foi a

consequência da nossa atividade: nós detetámos irregularidades, atos danosos, desembolsos indevidos e iniciámos, de imediato, a instauração de processos judiciais. Fomos nós que os iniciámos e deixámos à administração que nos sucedeu a relação das práticas ilícitas, a que chamámos «casos danosos, negócios danosos», com toda a informação que tínhamos — a situação dos desembolsos.

Como tínhamos, na altura, incumbido um gabinete de advogados para nos apoiar, dissemos: «Quem nos está a apoiar este caso concreto — porque não tínhamos competências próprias — é fulano, querem continuar, continuem; não querem, não continuem». Não sei. Penso que continuaram com as mesmas pessoas, mas não tenho ideia, não posso garantir.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Este era mais um dos grandes argumentos usados para justificar a nacionalização, o de que, de facto, foi a nacionalização que permitiu descobrir tudo o que se passava à volta do BPN. Mas fica aqui mais uma vez demonstrado que não era preciso nacionalizar para que a verdade se descobrisse.

A esse propósito, perguntava: além desta instância das comissões de inquérito, da anterior e da atual, onde o Sr. Dr. Meira Fernandes já foi e está a ser ouvido, já foi ouvido em qualquer outra instância, seja ela criminal ou no âmbito de processos de contraordenação movidos pelo Banco de Portugal?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Não, nunca mais fui ouvido. Aliás, penso que pouco terei a acrescentar. O que tinha a dizer, disse-o por escrito no «livrinho» — está perfeitamente dito. Aliás, obrigaram-me a reler o livrinho» para vir aqui outra vez, pois havia algumas situações de que não me lembrava.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Dr. Meira Fernandes, permita-me que lhe diga que acho isso absolutamente extraordinário. Sabe, o livro não faz prova e, se alguém conhecia bem a situação em que estava o BPN e o que se passava, era a administração de então. Um dos mais conhecidos, reputados membros da administração do BPN, aquando da nacionalização, se nunca foi ouvido em qualquer processo judicial, não queria extrapolar ou fazer mais comentários, mas não me parece uma decisão muito feliz, mas enfim... Quem sou eu para julgar a forma como a investigação tem sido seguida! Só não me parece que faça grande sentido, mas enfim...

Para terminar, queria perguntar-lhe o seguinte: quando é que o Sr. Dr. Mera Fernandes e a sua administração — aliás, o Dr. Miguel Cadilhe disse aqui que percebeu isso cedo e que até comentou com alguns membros da administração (e eu queria saber se estava incluído nesses membros da administração com quem o Dr. Miguel Cadilhe partilhou) — percebeu que a vossa ação no Banco estava a prazo e que a bomba atómica ia ser lançada? Ou seja, quando é que percebeu, realmente, que o Banco ia ser nacionalizado?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Dr. Meira Fernandes, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Às vezes, há situações que vão acontecer e nós não queremos dizer que tomámos conhecimento delas. Quando estávamos a elaborar o plano de viabilização, no dia 23, estávamos mesmo crentes: «Vão aceitar». Portanto, o Dr. Victor Constâncio, que sempre manifestou considerações e apoio, aliás não fez esforço nenhum e isso foi, de certeza absoluta, sentido pelo Dr. Miguel Cadilhe, vai aceitar aquele esforço do reforço de capitais em 600 milhões e vai acompanhar-nos na implementação do nosso plano. Acreditámos perfeitamente.

Depois, quando o Dr. Miguel Cadilhe foi no dia 27, se a memória não me falha, e veio muito mal-encarado, nós pensámos que tinha acontecido alguma coisa de especial. O Dr. Miguel Cadilhe disse: «não, não, isto ainda tem...». Quando mandámos no dia 30 aquela carta, o Dr. Miguel Cadilhe — vou dizer isto, não faz mal nenhum, ele não se importa (não sei o que ele pensou, sei o que eu pensei e penso que os outros também) —, lembro-me perfeitamente de o Dr. Miguel Cadilhe perguntar às pessoas, nomeadamente também a mim, «vocês onde é que vão este fim de semana?». «Fico por casa e tal...» E disse ele: «É porque, às tantas, vai haver um Conselho de Ministros no domingo e nós temos de estar preparados...». Mas eu não percebi se era para estarmos preparados para a nacionalização, se para a aprovação. Não percebi mesmo e, até à última, pensei que não ia haver a nacionalização.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Srs. Deputados, passamos para as perguntas do Partido Socialista, pelo que tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. João Meira Fernandes, cumprimento-o pela sua presença, mais uma vez, e devo dizer-lhe, com todo o respeito — com o mesmo respeito que utilizou para falar de algumas pessoas que não estão nesta sala e, portanto, não se podem defender das acusações de incompetência e afins —, que o que trouxe aqui hoje foram profissões de fé — é a sua convicção.

Portanto, vamos ver se nos entendemos sobre uma coisa, e comecemos pela última questão colocada pelo Sr. Deputado Hugo Lopes Soares: ao longo de toda tarde, o Sr. Dr. Meira Fernandes disse que a supervisão não funcionou, que a supervisão podia ter funcionado. Vou colocar-lhe uma primeira questão, para depois continuarmos a nossa audição: quem foram os economistas, os professores, as pessoas deste País que concordaram, que deram o seu acordo e que consideraram que o plano conhecido como «plano Cadilhe» podia salvar o BPN da situação desastrosa, ruínosa — nas palavras do Dr. Cadilhe — a que tinha chegado? Quantos foram, Sr. Dr.?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça, muito obrigado pelas perguntas que fez. Eu tenho alguma fé, mas em coisas muito concretas. Admito que a minha linguagem tenha — entre as aspas ou sem ser entre aspas — ferido alguma das pessoas a quem eu me dirigi, mas sem problema rigorosamente nenhum, sem qualquer maldade, sem qualquer ruindade, dizer que nacionalizar um banco com capital próprio negativo não implica custo, só tinha duas explicações: ou não saber o que está a dizer ou uma outra pior. Portanto, mantenho o que disse, como é evidente.

Quantas pessoas apoiaram o Dr. Miguel Cadilhe (e a nós), sinceramente não sei. Provavelmente, nenhuma. Sei que, na altura, estava toda a gente com a nacionalização, agora está toda a gente contra. Muitas pessoas estavam a favor da nacionalização, agora estão muitas contra a nacionalização.

Não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada — vai desculpar-me — também contou as pessoas que agora estão contra a nacionalização. Eu não contei as outras, nem vou contar estas, mas lembro-me perfeitamente — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada também se lembrará — que o nosso Presidente da República foi, inclusivamente, um dos que disse: «Eu tive muitas dúvidas, muitas, muitas dúvidas...» — disse-o quando era candidato a Presidente da República — «... Perguntei duas vezes e convenceram-me. Se eu soubesse o isto era agora...» — eu posso dizer quando o Sr. Presidente disse isso concretamente — «... teria feito outra história».

Mas, não contei as pessoas, nem vou contá-las agora. Aliás, nem a Sr.<sup>a</sup> Deputada me pediu!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Eu pedi, o Sr. Dr. respondeu, e muito bem.

Na altura da nacionalização, como sabe, houve muitas pessoas a concordarem com a nacionalização, e vamos contextualizar. O Sr. Dr. Meira Fernandes não ignora e não pode dizer — como já hoje afirmou —, com todo o respeito também, que não aconteceu nada na Europa e que o risco sistémico era um fantasma que alguns, por incompetência ou não, inventaram. Invocou e bem o estudo sobre o risco sistémico da Irlanda, mas também não pode ignorar que, no último trimestre de 2008, na Islândia, na Irlanda, na Letónia, na Holanda, na Bélgica, na Suécia, na Áustria, nos Estados Unidos houve bancos nacionalizados; o Sr. Dr. não ignora que a situação à época era uma situação particularmente difícil do ponto de vista

financeiro, como, de resto, se tem vindo a revelar; e o Sr. Dr. também não ignora, seguramente, porque já aqui fez menção, que a situação do BPN, quando a administração do Dr. Cadilhe chegou, não era uma situação para despreocupações.

O Sr. Dr. também sabe que houve um conjunto de fraudes, de irregularidades, de ilegalidades que foram cometidas sucessivamente ao longo dos anos e não pode ignorar (porque aqui não é uma questão de fé nem de convicção, é uma questão de factos) que ao longo dos anos o Banco de Portugal levantou um conjunto de contraordenações e de chamadas de atenção ao BPN.

O Sr. Dr. não pode nem deve ignorar — e não pode ignorar porque o próprio Dr. Miguel Cadilhe aqui o confirmou, na audição em que esteve presente — que o Governador do Banco de Portugal à época, o Dr. Victor Constâncio, entregou um conjunto de documentos importante à Procuradoria-Geral da República, na pessoa do Sr. Procurador-Geral da República, para que fossem desencadeados os processos que vieram a ser desencadeados a seguir.

Portanto, não vamos dizer que há aqui uns que são mais legalistas do que outros. Porventura, podemos dizer que uns avançaram mais e outros avançaram menos, mas não podemos passar em claro a ideia de que o Sr. Governador do Banco de Portugal, à época, nada fez sobre o BPN, porque fez — e já aqui foi dito, esta tarde, que não foi feito.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Fez? Asneiras!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Não, não foram asneiras, e sabe que não, Sr. Deputado Hugo Velosa.

Porque é um homem experiente (como já disse hoje, no conjunto, têm 150 anos de experiência profissional, absolutamente reputada e sem

problemas) e porque é um estudioso, o Sr. Dr. não ignora que houve mudanças no paradigma da supervisão bancária. O Sr. Dr. também não ignora que, desde 2008 — o Dr. Carlos Costa, atual Governador do Banco de Portugal, disse-o aqui na semana passada —, as coisas foram mudando na supervisão bancária, que o paradigma da supervisão mudou, que a forma de fazer essa supervisão mudou.

Por isso mesmo, o que lhe queria dizer é que me parece que o Sr. Dr., não ignorando estes factos, não pode, por si, concluir da incompetência dos agentes, à época.

Queria colocar-lhe a seguinte questão: o Sr. Dr. falou aqui já hoje, várias vezes, da auditoria da Deloitte. Na semana passada estive um representante nesta nossa Comissão e, não revelando mais do isto, foi dito que não era uma verdadeira auditoria, que foi feito um pedido de levantamento da situação, mas que, tecnicamente, não se pode falar de auditoria. Por isso, talvez fosse bom, também, algum rigor aqui nos nossos factos.

Mas, indo à minha pergunta concreta, o Sr. Dr. disse que eram uns «trocós»... Não disse assim, mas disse que era uma «ridícula» não aceitação de uma quantia. Contudo, com o levantamento pela Deloitte das imparidades, em 750 milhões de euros — disse-o aqui, esta tarde, que depois se veio a perceber que eram duas vezes e meia mais —, o plano que VV. Ex.<sup>as</sup> apresentaram pedia uma injeção do Estado de 600 milhões de euros. Quanto é que acha que ia custar o plano na sua totalidade, no final de tudo?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Sr. Dr. Meira Fernandes, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, agradeço-lhe as perguntas — aliás, não fez perguntas, fez afirmações. O que é que posso dizer? Fez afirmações! Não posso dizer nada, está afirmado.

Por exemplo, disse que o Banco de Portugal fez tudo, e eu posso dizer que é uma questão de fé da Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, posso interromper?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Dr. Meira Fernandes, eu não disse que o Banco de Portugal fez tudo. Eu disse que o Banco de Portugal também agiu, eu disse que o Banco de Portugal — e o Sr. Dr. não o ignora — entregou à Procuradoria-Geral da República os documentos. E o Sr. Dr. também sabe que só depois da nacionalização é que a sua administração entregou documentos à Procuradoria-Geral da República, ou não é assim?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Não, não é assim. Nós fomos visitados, tínhamos decidido... Vou responder-lhe a essa questão e, depois, às outras. Peço desculpa, mas não vou responder a todas pelo seguinte: porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada, na minha opinião, não fez perguntas, fez afirmações, com algumas das quais concordo.

Respondo com todo o gosto: nós decidimos entregar os documentos que tínhamos na altura — claro, não podíamos entregar outros — antes de sairmos. Estávamos no Banco ainda, nem se falava... nem tínhamos plano de reestruturação, não tínhamos rigorosamente nada. Ficámos de ir ao DCIAP num dia qualquer, no dia 49 — não me recordo qual era o dia em

que lá ficámos de ir —, e, nesse dia, de manhã, apareceu o DCIAP. Nós até ficámos surpreendidos, porque íamos entregar aquilo da parte da tarde à avenida não sei quantos, mas eles apareceram e nós dissemos que tínhamos aquilo preparado. Eles disseram «Ah, vocês já têm...»... Pelos vistos, íamos entregar aquilo a outra secção e não àquela. Os senhores estiveram lá connosco o dia inteiro, desde as 8 horas e 30 minutos da manhã até às 11 horas da noite, demos-lhes todos os elementos possíveis e imaginários, demos-lhes o conteúdo dos nossos computadores, demos-lhes todos os elementos que tínhamos e que estavam a fundamentar os processos. Demos sem ordem, mas fomos os primeiros a dá-los. Ninguém reivindica o ter sido o primeiro ou o segundo, mas demos-lhes antes, antes da nacionalização, nem sonhávamos com a nacionalização.

Depois, o Banco de Portugal também os deu, e fez muito bem, é a obrigação dele, pois claro, entregou e fez muitíssimo bem.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada disse uma coisa certíssima, aliás, disse todas certas — algumas com fé, admito eu —, mas disse que a situação, quando chegámos, era preocupante. Era mesmo! Mesmo, mesmo preocupante! Se soubéssemos, não tínhamos ido! Rigorosamente! Se soubéssemos, nenhum de nós tinha ido! Nem um! Não sabíamos!

Havia irregularidades ao longo dos anos — disse a Sr.<sup>a</sup> Deputada. Havia irregularidades ao longo dos anos. Portanto, ao longo dos anos que havia irregularidades. O Banco de Portugal... Elas não aconteceram de fevereiro em diante, foi ao longo dos anos, Sr.<sup>a</sup> Deputada — disse muito bem!

Disse que a supervisão fez um bom trabalho. É a sua opinião, Sr.<sup>a</sup> Deputada, aceito-a perfeitamente, não me parece bem, mas aceito-a. Mas, ao longo dos anos, tinham tempo de rever a situação.

Disse que não podia ignorar que os documentos foram importantíssimos para a Procuradoria-Geral da República.

Importantíssimos! E não sabemos mesmo o que é que o Banco de Portugal deu à Procuradoria-Geral da República — nem temos nada que saber —, mas o Banco de Portugal sabe o que nós demos à Procuradoria-Geral da República, porque, quando demos os elementos, demos-lhe cópia dos elementos e das informações que tínhamos dado.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada disse que uns são mais ilegalistas do que os outros. Ninguém disse... Eu não disse — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada pode dizer isso, mas, vai desculpar, não colhe — que as pessoas cometeram ilegalidades. Eu não disse que o Dr. Vítor Constâncio cometeu uma ilegalidade! Era o que faltava! Não cometeu nada, de certeza! Não disse que alguma das outras pessoas, nomeadamente o Dr. Teixeira dos Santos, cometeu ilegalidades, a Sr.<sup>a</sup> Deputada é que o disse. Disse que uns não são mais ilegalistas do que os outros. Não! Ninguém falou em nada disso! O que dissemos foi que, na nossa opinião, que é discutível, e a Sr.<sup>a</sup> Deputada pode discuti-la, com fé ou sem fé, como quiser — está perfeitamente à vontade, como eu também —, havia indícios fortes que permitiam que o Banco de Portugal atuasse mais cedo. A Sr.<sup>a</sup> Deputada acha que não, é a sua opinião, Sr.<sup>a</sup> Deputada. É com fé que a senhora o diz? Não sei. Nós, é sem fé... É um facto! Há tantos... Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, como é que o Banco de Portugal admite que um banco supervisionado esteja anos a responder a questões importantes? Como é que admite? O que é isso? Não sei! Não sei o que é!

Depois, diz que houve alteração na supervisão. Sim, senhora, há todos os dias. E qual é o problema? Ainda bem que há alterações no paradigma. Sim, senhora, viva o paradigma! Altera-se o paradigma. Qual é o problema? Há alterações todos os dias.

Falou na Islândia, na... A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe, com certeza, e sabe melhor do que eu, tem muito mais informação do que eu tenho, qual foi o problema da Islândia, qual foi o problema da Irlanda. O problema desses países foi o de os bancos terem adquirido ativos tóxicos. Certo? E tinham,

nuns casos, «bolhas imobiliárias» e, noutros, nem tinham. Nós não tínhamos nenhum ativo tóxico. Por acaso, tínhamos os fundos de investimento que... Sim, mas os fundos de investimento, como sabe, a inspeção do Banco de Portugal vai lá ver e a CMVM também lá vai ver. Foi pena não terem visto. Mas a dificuldade do Banco não foi com ativos tóxicos, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Os outros tinham, e o que é que isso conta, desculpem lá, para este «campeonato»? Vai desculpar-me, mas acho que não conta nada.

Não sei se respondi, mas peço-lhe desculpa.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Meira Fernandes, tenho uma última questão para colocar, porque, evidentemente, o Sr. Dr. está no seu direito, estamos no domínio dos... Não queremos contraditar factos.

Sr. Dr., fiz-lhe uma pergunta à qual não deu resposta, pelo que é a última que reitero.

Sabidas as imparidades totais, quanto é que custava ao Estado, com injeções, o plano que os Srs. Drs. propunham?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, obviamente, não vou cometer, digamos, não é a negligência, mas a infantilidade de lhe responder, porque não sei, porque não tenho os poderes. Mas respondo, na

mesma, à pergunta que a Sr.<sup>a</sup> Deputada fez... Primeiro, peço-lhe desculpa por não ter respondido — não tomei nota —, mas vou responder-lhe agora.

Não sei quanto era, mas sei o seguinte, e vou falar mais devagar, vai-me desculpar, porque, realmente, às vezes, falo depressa e comunico mal: o volume de imparidades que foram detetadas nessa altura era de 750 milhões. Bem ou mal. Concluiu-se que estavam subavaliadas. Os que foram depois considerados foram superiores — se estão corretos, não somos mais inteligentes do que os outros e teríamos de assumir isso como custo. Agora, e não sei se, há pouco, expliquei bem, uma coisa é certíssima, não é fé, é uma evidência que entrará pelos olhos de toda a gente com o mínimo de esforço: na nossa versão, o que custaria ao Estado era o que custou agora, o valor, digamos, enfim, sem problemas, o que custou agora a esta administração, menos 380 milhões. Esses 380 milhões não eram suportados pelo Estado. Fiz-me entender, Sr.<sup>a</sup> Deputada? É que, se os acionistas metiam 380 milhões, estes, já nós não pagávamos. Portanto, os contribuintes vão pagar 2800 milhões, certo?! Quer seja a Caixa Geral de Depósitos, quer seja a nossa administração. Certíssimo! Mas, na nossa, 380 milhões não pagavam.

Não sei se respondi à sua questão...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Não.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Não?! Mas a sua pergunta foi essa, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Às vezes, a evidência custa a aceitar...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Não, não!

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Custa, custa, acho eu, mas, por amor de Deus, não faço intenções.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, de facto, não ia...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tinha dito que não ia formular mais perguntas, mas está dentro do tempo de que dispõe, pelo que está à vontade.

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, como, ainda por cima, sou cumpridora e não gastadora, felizmente, vou formular outra pergunta.

Sr. Dr., o senhor já tinha dito isso, há pouco, mesmo mais depressa e eu tinha percebido. A questão é que as injeções de capital, mesmo as que propuseram, na administração do Dr. Cadilhe, por parte dos acionistas, algumas não se realizaram, Sr. Dr., algumas não se realizaram, o que faz temer que, evidentemente... E aqui pode não ser à evidência, mas os factos provam que a primeira tentativa de injeção de liquidez, por parte dos acionistas, que os Srs. Drs. pediram, não foi realizada. A evidência e os factos demonstram que 315 milhões entraram, da Caixa Geral de Depósitos, para a sua administração, demonstram que o Banco de Portugal entregou 186 milhões de euros antes da nacionalização (foi concedido crédito à administração do Dr. Miguel Cadilhe).

Portanto, Sr. Dr., percebo que diga que não comete a infantilidade de verbalizar o montante que custaria o «plano Cadilhe» e penso que, passados estes anos todos, aquilo de que estamos hoje a tratar, particularmente o Partido Socialista, nesta Comissão de Inquérito, é de

saber quais os reais encargos com que o Estado ficará depois desta última venda que foi feita. Sobre esta questão, o Sr. Dr. não poderá, evidentemente, senão... A menos que tenha uma opinião sobre o assunto, que não lhe vou perguntar, porque entendo que não está no âmbito da sua vinda a esta Comissão, quero dizer-lhe, com toda a franqueza, que já tentei, várias vezes, fazer contas com o plano do Dr. Miguel Cadilhe e devo confessar que, se os próprios acionistas não conseguiram fazer a injeção de capital que os senhores desejavam, não sei como é que o plano se conseguiria concretizar, quando as imparidades estavam, como disse, e bem, subavaliadas e, portanto, precisariam de muito mais dinheiro face àquilo que estava. E foi o próprio Sr. Dr., creio ter percebido bem, há pouco — embora não seja muito relevante, também é demonstrativo da situação... O Sr. Dr. disse «foi cliente do BPN, já não é cliente do BPN». Perguntou, há pouco, por que é que as pessoas tinham fugido do BPN. Não foi a nacionalização, Sr. Dr., e aqui é uma questão de convicção, da minha convicção. Não é a nacionalização que afasta os depositantes, é a situação vergonhosa a que chegou o BPN antes da nacionalização e, também, antes da administração do Dr. Cadilhe. E esta é mesmo a minha última questão.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Para responder, tem a palavra, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Acho que a Sr.<sup>a</sup> Deputada falou apenas com fé e vai desculpar-me...

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Uma injeção de liquidez não é fé!

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Ah, mas vou explicar a injeção de liquidez, e vou explicar a injeção de liquidez frontalmente.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada não me conhece e, às vezes, pode dar a impressão de que a maneira como falo é uma maneira mais agressiva, mas não é, falo à vontade, sem problema nenhum.

Vou dizer uma coisa que não quero que entenda mal: não percebeu, e eu vou explicar, não percebeu mesmo que a injeção de liquidez que a Caixa Geral de Depósitos fez — a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a assinalar de uma determinada forma mas daqui a um bocado vai assinalar de outra — é diferente da injeção de liquidez dos acionistas. É diferente. A Caixa Geral de Depósitos injetava liquidez emprestando dinheiro — certo? — que depois ia reaver; os acionistas não emprestavam dinheiro, metiam dinheiro que não iam reaver.

*Protestos da Deputada do PS Ana Catarina Mendonça.*

Portanto, não confunda, por favor, duas coisas: uma é passivo, outra é capital próprio. E diz a Sr.<sup>a</sup> Deputada, e muito bem: «Ah, mas, no primeiro momento, os acionistas falharam à chamada de entrada de capitais». Falharam. E sabe porquê? Acha que fazia sentido nacionalizar o banco e os acionistas meterem, no dia anterior... Eles deviam entrar com fundos no dia 31 de outubro, que era um sábado, como se lembrará, ou um domingo ou uma sexta, acho eu, ou lá o que é, e a nacionalização é feita no domingo. Acha que os acionistas iam meter dinheiro que, depois, ficaria... Acha isso? Isso não é uma questão de fé, isso é uma evidência. Claro que não o fizeram. Poderiam fazê-lo mais tarde? Obviamente que podiam fazê-lo mais tarde. E por que é que podiam fazer mais tarde? Bastava que o Estado aceitasse o nosso plano e eles tinham de entrar, certo?!

Acho que respondi à Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Gostava apenas, se me permitir, de dar uma explicação. Acho que tenho mesmo de o fazer porque, no outro dia, embora saiba que tenha sido involuntariamente — não faz mal nenhum —, o Partido Socialista afetou-me numa questão que colocou e tenho a obrigação de explicar. Afetaram-me, ou seja, não fiquei melindrado, dormi muito bem, brinquei com o meu neto e tudo bem, mas foi pedido aqui um comentário e acho que o Partido Socialista tem toda a razão. Tenho pena de que não esteja aqui o Sr. Deputado Basílio Horta para lhe explicar.

Fez um comentário, muito bem... Pediu ao Sr. Prof. Teixeira dos Santos se podia comentar uma frase que o Dr. Oliveira Costa disse, que foi a de que nós, administração do Dr. Cadilhe, custámos, em 4 meses, mais do que ele em 10 anos. Recorda-se?

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Não.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Não. Mas ele disse «olhe, comente esta frase». Se calhar, a verdade... Vou comentar... Quero, apenas, nem é fazer a pergunta, obviamente, porque não me incumbe fazer perguntas, mas suscitar a dúvida. Quando essa pergunta é feita e me afeta a mim, obviamente, pergunto se se refere aos salários que ganhámos e aos salários que ganhou o Sr. Dr. Oliveira Costa — se se refere aos nossos salários, são todos legais, foram votados em assembleia geral e, depois, através da comissão de remunerações — ou se estava a comparar o que recebemos, legalmente, com o que o Sr. Dr. Oliveira Costa recebeu legalmente, e por fora... É que, sabe uma coisa, isto afeta-me um bocadinho, porque o que recebemos, e recebíamos bem, ganhávamos bem, era legal.

Portanto, não podemos comparar — digo eu, mas não sei o que é que compararam. Desculpem-me, mas tenho de fazer este esclarecimento,

porque, caso contrário, não sei se não seria melhor ganharmos menos e fazermos as outras atividades que os outros fizeram (mas claro que não era melhor!).

Queria só precisar que aquilo que ganhámos, que era bom, foi aquilo que foi definido.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada, pelo que vejo, mudou de ideias, outra vez. Quer fazer mais alguma pergunta?

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Não é segunda ronda, mas acho que, sendo eu a única pessoa do Partido Socialista presente, devo dar uma resposta.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Claro!

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — E eu agradeço!

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Quero apenas e só dizer que não me parece que, nas palavras do meu colega, Deputado Basílio Horta, em algum momento, tenha estado a insinuação da ilegalidade das atribuições que foram feitas.

Quanto ao mais, Sr. Dr., não vou responder, porque não sei em que termos foi dito, não devia estar presente nesse momento.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — O Sr. Dr. tem sempre o direito de comentar, ainda que seja um comentário...

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, agradeço-lhe as suas palavras. Não disse, nem me passou pela cabeça que o Sr. Deputado

Basílio Horta tenha dito que era ilegal o que recebemos. Disse que ele fez uma comparação e eu apenas estou a dizer (cuidado não esqueçam) que a comparação tem de ser... Acho eu. Tenho apenas de precisar esta situação, nada mais.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Está, agora sim, terminado o interrogatório da parte da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Catarina Mendonça, do Partido Socialista.

O último partido a inquirir, nesta ronda, é o Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Meira Fernandes, muito boa tarde.

As minhas perguntas vão ser poucas e rápidas. As respostas poderão ser muitas e demoradas.

Digo isto porque a minha convicção não se alterou muito. As suas palavras são muito interessantes e é sempre útil ouvi-lo, mas julgo que o âmbito desta Comissão dispensaria perfeitamente a sua presença, bem como a presença do Dr. Miguel Cadilhe. Como disse, não pelo interesse, nada disso, mas porque me parece que isto desloca o eixo desta Comissão para assuntos que, do meu ponto de vista, não são os mais importantes.

Em segundo lugar, gostaria de dizer-lhe que não aceito que se pretenda limitar as pessoas que aqui vêm fazer os seus depoimentos a matérias de facto e de informação. Esta Comissão está cheia e vive também das opiniões que recolhe das pessoas que aqui vêm, pelo que tanto a opinião como a informação são inteiramente legítimas, lícitas, aceitáveis e úteis.

Assim, algumas das perguntas que lhe vou fazer são muito mais opinativas do que incidem sobre matéria de informação.

Vou, então, começar. Tenho a opinião de que, entre os grandes beneficiários da nacionalização e de todo o processo do BPN, se encontram os acionistas da SLN. É uma profunda convicção que tenho. Por isso, a minha primeira pergunta era pedir-lhe que nos relembrasse o nome dos principais acionistas da SLN, à data da nacionalização.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, para responder, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Não percebi...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — O nome dos principais acionistas da SLN, à data da nacionalização.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Antes de mais, muito boa tarde, Sr. Deputado João Semedo.

Os principais acionistas eram — e se quiser a lista posso dar-lha, porque tenho-a, e tenho-a porque fui convidado pela lista — o Sr. Joaquim Coimbra, o Sr. Fernando Cordeiro, o Sr. Aníbal Cavaco... Aníbal, não, desculpe... Eram os irmãos Cavaco, não me lembro do primeiro nome... Mas essa lista existe...

O Sr. **João Semedo** (BE): — António!

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — António Cavaco! É isso mesmo. Peço desculpa por ter errado o nome do senhor. Eram também acionistas: o Sr. Almiro Silva, o Sr. Eng.º Neves (qualquer coisa Neves, não me recordo do primeiro nome), o Sr. Alberto Figueiredo, o Sr. Joaquim

ou Adelino Silva... Não posso precisar, Sr. Deputado, mas essa lista... Penso que a têm...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Nós dispomos dessa...

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Peço desculpa, mas houve agora também algum ruído na sala e o Sr. Deputado João Semedo tem o mesmo direito de ser ouvido a fazer as perguntas e também que o Dr. Meira Fernandes oiça as perguntas para lhe poder responder. Por isso, peço aos Srs. Deputados algum silêncio, até porque o Sr. Deputado João Semedo está sentado mais longe, o que torna tudo mais difícil.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Nós temos a informação da anterior Comissão da lista completa. Mas queria só refrescar a memória sobre alguns nomes.

Relativamente à confusão do António com o Aníbal, é natural, porque muitos destes nomes, como sabe, foram, por duas vezes, apoiantes das candidaturas do Prof. Cavaco Silva. Portanto, é natural a confusão, não se preocupe com isso.

A segunda pergunta que queria fazer-lhe tem a ver com o seguinte: gostava que comentasse e que nos desse a sua opinião sobre o facto de a nacionalização não ter incluído a SLN.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Não ter incluído...? Não percebi...

O Sr. **João Semedo** (BE): — A SLN!

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Nos acionistas?

O Sr. **João Semedo** (BE): — Gostaria de saber a sua opinião sobre o facto de a nacionalização ter sido apenas sobre o BPN e não sobre todo o Grupo SLN.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Peço desculpa por não ter ouvido a pergunta. Eu disse e redigo: sou surdo, ouço mal, não tenho problemas em dizer que ouço mal. Se me falarem do lado direito, tenho dificuldade em ouvir bem. Portanto, peço desculpa por não ter ouvido a sua pergunta.

Por que é que não incluíram a SLN no processo? Não sei. Sinceramente, não percebo. Não sei porquê. É que podia ter acontecido várias situações. Podia ter acontecido ter sido, como foi, nacionalizado o BPN — assim decidiu o Governo (ótimo, ou não...); podia ter sido incluído o BPN com algumas empresas que tinham umas ligações afins; ou poderia ter sido nacionalizada a SLN, como um todo, que era a nossa proposta. Por que é que não o foi? Não sei. Admito que seria muito difícil, naquele prazo de tempo, o Governo poder decidir, porque teria de ter... Achamos que a decisão de nacionalização do BPN foi apressada. Precisaria de mais tempo, eles precisariam de fazer estudos mais fundamentados. Se fosse a SLN, demoraria mais tempo.

É evidente que, a meu ver, havia maneiras, não difíceis, de prorrogar no tempo a situação, com apoios ao banco. Até porque — já o disse e vou dizê-lo outra vez — o Dr. Vítor Constâncio, do ponto de vista de gestão do BPN, sempre entendeu que estava muitíssimo bem entregue ao Dr. Miguel Cadilhe. Portanto, poderia ter aguentado mais uns tempos e, então, ter decidido.

É que, lembrar-se-á — aconteceu isto na primeira comissão de inquérito —, no Grupo SLN, há empresas que são fracas e há empresas que são muito boas. O BPN não era bom. Nós nacionalizámos o BPN, que não era bom. Não sei, se se nacionalizasse o Grupo SLN, se o resultado final seria melhor, ou não. Presumo que seria melhor, mas também não sei se o Governo tinha a intenção de fazer isso.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Meira Fernandes, faço-lhe agora uma pergunta muito concreta: alguma vez tinha ouvido falar no Banco Insular antes de ser administrador do BPN?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Soube, na altura. Na altura em que começámos a conversar... Talvez... Mas nem foi Banco Insular... Dois ou três dias... Na última reunião, dissemos: nós temos investimentos com africanos. Mas... Banco Insular? O Banco Insular surgiu... Não posso precisar bem... Ou surgiu na assembleia que nos nomeou, ou foi fruto de um fax que nos apareceu.

Mas ainda bem que o Sr. Deputado me fez essa pergunta. É que eu pessoalmente (e o que vou dizer não é nenhuma inconfidência, ninguém ficará preocupado com isto)... O Sr. Dr. José Alberto Tavares Moreira é meu conterrâneo e, na semana em que íamos ser nomeados, o Dr. Tavares Moreira, que é muito meu amigo, uma pessoa que muito prezo, telefonou-me e disse-me «ó pá, Miguel Cadilhe vai ser nomeado presidente do banco», e eu respondi «não sei». E ele disse-me «sabes de certeza, porque vocês são amigos há muitos anos e convivemos». E respondi-lhe «não sei, pá, é natural». «E tu vais fazer parte?», perguntou-me ele. «Só vou fazer

parte se for nomeado», respondi. E então, ele disse-me «é que eu gostava, se tu fosses nomeado, que ouvisses um Dr. Vaz Mascarenhas, que é uma pessoa que trabalhou comigo na CISF». Ora, a assembleia geral foi numa sexta-feira e isto deve ter-se passado numa quarta ou numa quinta-feira. E eu nunca mais liguei àquilo. Passado um dia, no primeiro dia em que lá estou, aparece-me o Dr. Vaz Mascarenhas, já depois do fax, a dizer «eu sou o presidente do Banco Insular». E eu disse «o senhor é amigo do...» e juntei. E depois, a partir daí, soube. Mas foi a única pessoa com quem devo ter tido este tipo de conversa. Mas foi com a pessoa, não foi com o Banco Insular.

E, já agora, embora não me tenham perguntado, acho que devo dizer isto: na minha opinião, o Banco Insular não era do BPN. O Banco Insular, para mim, era do Dr. Vaz Mascarenhas e do Dr. Oliveira Costa. Se corresse bem, era deles; se corresse mal, era do BPN. É a minha convicção. Vale o que vale.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O Sr. Dr. pode ouvir mal, mas tem dotes de adivinho, porque essa era exatamente a minha pergunta seguinte. Assim, já não faço essa pergunta, porque está respondida. Aliás, a sua resposta vai ao encontro do que foram as conclusões da primeira comissão de inquérito, e exatamente nos termos em que o Sr. Dr. a coloca, isto é, se corresse bem, era de uns, se corresse mal, era de outros.

Faço-lhe, então, uma outra pergunta: quando tomou contacto com a realidade do Banco Insular, alguma vez surgiu, associado ao Banco Insular, ou próximo do Banco Insular, um banco chamado «Banco Internacional Fiduciário»?

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Que eu me recorde, não. Surgiu foi uma outra plataforma em São Tomé e Príncipe, cujo nome não me recordo... Daqui a pouco, talvez... Recordo-me que nós entrámos com data de 24 e que a 27 recebi (porque era eu que tinha o pelouro da área internacional) um pedido de pagamento da matrícula de uma sociedade, que vinha de Cabo Verde, do Dr. Vaz Mascarenhas, com data do dia 14 ou 15. Isto é, andou, desculpem a expressão, «a marinar» enquanto nós não chegámos, e, depois, caiu-me em cima da secretária. Na minha opinião, aquilo era uma réplica do Banco Insular e dissemos «não pagamos nada» e «anulem aquilo».

Mas esse nome que me perguntou, de Banco Fiduciário, não me lembro.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr. Meira Fernandes, vou fazer a última pergunta sobre o período BPN. No outro dia, fiquei surpreendido, porque alguém (já não me recordo exatamente quem) nos disse aqui que os quadros que estavam nas paredes de várias instalações do BPN não eram do BPN. Só passaram a ser do BPN quando o BPN, já depois da nacionalização — aliás, é uma transação recente —, ficou com eles como forma de pagamento de uns juros de umas operações financeiras entre uma sociedade que se chama Geslusa e o BPN.

Admito que o Sr. Dr. não soubesse disso e que nem sequer tivesse ouvido essa audição em que este assunto foi tratado, mas a minha pergunta é muito simples: alguma vez lhe passou pela cabeça, a si e a outros membros do conselho de administração, que os muitos quadros espalhados pelas paredes do BPN não eram do BPN?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Não, para nós aquilo eram quadros do BPN, era essa a nossa opinião.

Nós tínhamos pedido ao Dr. Renato Homem, creio, o inventário atualizado dos quadros, mas deviam ser milhares de quadros... Portanto, estávamos na fase da inventariação, mas, para nós, eram quadros do BPN.

É evidente que não sei se a Geslusa é uma participada a 100% do BPN, ou se é uma devedora, não faço ideia, mas, para nós, os quadros eram do BPN — aliás, eu tinha um bonito quadro no meu gabinete.

*Risos.*

O Sr. **João Semedo** (BE): — Bom, se calhar já lá não está...! Não estou a dizer que foi o Sr. Dr. que o levou; só estou a dizer que não deve lá estar, mas essa é outra conversa.

*Risos.*

Provavelmente quando o Sr. Dr. saiu deixou-o lá ficar, mas, agora, se calhar, sabe-se lá para onde foi o quadro...!

Mas, Sr. Dr., deixe-me colocar-lhe uma outra pergunta: não havia nenhum registo patrimonial das obras de arte? Não havia nenhum cadastro patrimonial das obras de arte propriedade do BPN?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Havia, de certeza. Agora, se ele era exaustivo ou não, não sei, porque, como eu disse há pouco, e esse iria ser um trabalho muito longo, nós estávamos na disposição de avaliar património, o património com substância, o valor inicial de aquisição e como é que foi adquirido, se foi diretamente ao fornecedor, se foi por vias travessas, isto é, se ele antes de chegar ao BPN transitou... Tínhamos uns quadros, chamávamos-lhes quadros tecnicamente adequados, que previam já fazer essa circularização, mas nós estivemos lá quatro meses.

Mas havia, de certeza, inventário, completo ou incompleto, mas havia!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., sobre o período de transição queria perguntar-lhe o seguinte: julgo que o Dr. Miguel Cadilhe nesta comissão ou numa reunião da anterior comissão de inquérito — sinceramente, não tenho memória concreta disto — uma das informações que nos deu foi sobre o silêncio do Dr. Vítor Constâncio quanto à situação real do BPN quando o Dr. Cadilhe lhe comunicou e o contactou a propósito da sua possível indigitação pelos acionistas.

Portanto, tanto quanto sei e quanto me recordo, o Dr. Miguel Cadilhe entendia que teria sido oportuno e mais adequado que o Dr. Vítor Constâncio, nessa circunstância, tivesse, mesmo que discretamente e com cuidado, respeitando o sigilo a que estava obrigado, encontrado uma forma de o alertar para a situação que ele ia encontrar no Banco.

A pergunta que quero fazer é a seguinte: no que respeita ao Sr. Dr. e aos seus colegas de administração, incluindo o próprio Dr. Cadilhe, mas estou a falar consigo, o conhecimento, mesmo que muito parcial, sobre as irregularidades do BPN tê-lo-ia feito recusar essa indigitação e essa nomeação?

*Entretanto, assumiu a presidência o Presidente Vitalino Canas.*

Tem a palavra, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr. Deputado, o que o me pergunta é fácil de responder e é um bocadinho sensível.

Vou dizer-lhe como normalmente se faz e, primeiro, vou fazer um enquadramento simples.

O Dr. Miguel Cadilhe, tenho a certeza, antes de assumir funções e de aceitar o cargo, telefonou ao Dr. Vítor Constâncio, com quem tinha — e acho que tem — boas relações, dizendo-lhe que estava indigitado para ser, provavelmente, o futuro presidente do conselho de administração do BPN e que gostaria de falar com ele.

O Dr. Vítor Constâncio, com toda a sinceridade absolutíssima ter-lhe-á dito que ficava contente por ele vir para cá, perguntou-lhe qual era a equipa, o Dr. Miguel Cadilhe ter-lhe-á dito que eram pessoas que trabalharam com ele em diversos conselhos de administração e, portanto, eram pessoas com alguma experiência, não eram novatos, e o Dr. Vítor Constâncio terá ficado muito contente.

Entretanto, o Dr. Cadilhe terá dito: há uns zunzuns sobre o Banco e eu gostaria de falar consigo acerca da situação, nomeadamente no sentido de saber se o Dr. Vítor Constâncio sabe de mais alguma coisa e o Dr. Vítor Constâncio, do ponto de vista formal — e muito bem —, terá dito que havia um problema de confidencialidade e que não poderia ouvi-lo.

Ora, o que acontece nestas situações? Normalmente, nestas situações, se o Dr. Vítor Constâncio não quisesse falar no Banco de Portugal falava noutra sítio cá fora e falaria, porque as pessoas mantêm o sigilo.

Tem, de certeza absoluta, razão o Dr. Vítor Constâncio em não ter tomado essa iniciativa... Mas é estranho! Tenho a certeza de que o Dr. Miguel Cadilhe — e ele não me pediu para ser seu defensor — o faria, e eu fá-lo-ia, igualmente, mas isso não é suficiente para criticar o Dr. Miguel Cadilhe.

Mas agora, que o Sr. Deputado me colocou essa questão, lembrei-me de uma situação: nós também ouvimos zunzuns, nós andávamos no mercado, de que o BPN estaria com algumas dificuldades e vimos a dificuldade que havia em nomear um novo conselho de administração e o Dr. Abdool Vakil, a partir do momento, 15 dias antes, em que se falava do Dr. Cadilhe, telefonava-lhe mais do que uma vez a perguntar-lhe quando é que ele ia para lá, porque ele queria sair... Portanto, nós admitimos que havia buracos, obviamente.

Bom, o Dr. Cadilhe conversou connosco e disse-nos: «Isto deve haver um buraco.» Mas de quanto? E pusemo-nos, entre aspas ou sem ser entre aspas, a adivinhar e dissemos que deveriam ser problemas de concentração, deveria ser cerca de 60 milhões de euros... O argumento não vale a pena dizê-lo, mas fizemos umas contecas e dissemos 60 ou 80 milhões. Se calhar, chegaria a 100 milhões.

Então, o Dr. Cadilhe disse: «Vou tomar uma atitude para arrumar isto num instante.» Foi aos acionistas e disse que ele entrava no banco se se fizesse uma auditoria e se os acionistas entrassem com 380 milhões de euros. E nós perguntámos: «380 milhões?» Sim, ficávamos com dinheiro para tapar os buracos e para crescer. Nós estávamos convencidos de que os 380 milhões de euros chegariam, mas...

Na altura, penso que o Dr. Vítor Constâncio não sabia da dimensão do buraco, mas sabia de um banco, pelo menos, alertava-nos, mas se nós soubéssemos a dimensão do buraco eu, pelo menos, garanto-lhe que não ia. Aliás, o Dr. Cadilhe nunca me confidenciou nada, mas quase que garanto

que também não ia... Eu não ia, de certeza absoluta! E outros colegas meus, que não vale a pena dizer o nome, também não iam. De certeza absoluta!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., queria ouvir a sua opinião sobre o seguinte: acha que foi adequada a decisão de ter entregue a administradores da Caixa Geral de Depósitos a administração do BPN nacionalizado?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr. Deputado, o que é que hei de dizer? À partida, não vejo nenhuma contradição, parece-me um ato normal. A dimensão do BPN era muito grande, o trabalho que o BPN implicava era muito grande, as pessoas que apareceram lá, na altura — e eu não conhecia o Dr. Norberto Rosa e o Dr. Pedro Cardoso, salvo erro —, e com os quais convivemos cerca de 15 dias, a mim, pareceram-me pessoas altamente qualificadas. Se vão ou não vão ter tempo?! Não sei! Mas, na minha opinião, se deveria ou poderia ter sido outra a decisão, poderia, mas isso vale o que vale...! Até para estarem mais independentes e mais à vontade para resolverem os problemas; agora, os outros senhores que foram nomeados não os conheço, mas estes dois que conheci durante 15 dias fiquei muito bem impressionado com a postura, quer com o conhecimento, quer com a forma como estavam a abordar o problema. Nos 15 dias que lá estivemos com eles, eles estiveram permanentemente lá e se foram à Caixa Geral de Depósitos foi depois de horas, porque estavam lá sempre connosco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., dando um salto no tempo, queria perguntar-lhe se o Sr. Dr., enquanto antigo administrador do BPN, e, eventualmente, outros colegas seus da administração em que participou no BPN foi ou foram contactados por eventuais interessados e potenciais compradores do BPN na fase de privatização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr. Deputado, as outras pessoas não sei.

Eu fui contactado para, eventualmente, colaborar na apresentação de uma proposta, mas depois aquilo foi decidido ser para bancos — aliás, digo isto, porque também é conhecido, eu escrevi uma carta ao conselho de administração do BPN, na altura, a dizer que, se houvesse privatização, eu gostaria de ser contactado; Não fui contactado, não acusaram a receção da carta, também não faz mal nenhum, ela estava lá, e depois percebi que tinham razão em não me contactar, uma vez que no caderno de encargos fixava bancos ou seguradoras. Ora eu não sou um banco nem uma seguradora... Mas isto acabou por morrer à partida, mesmo que fossem bancos que estivessem a falar comigo não queriam falar sobre a forma de bancos na forma inicial, portanto...

Mas eu não tive conhecimento de alguém que tenha sido contactado. E eu não posso dizer que esta proposta tenha cabimento, é um pouco mais do que um *faits divers*.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O Sr. Dr. acha que a compra devia ter sido alargada a outros compradores de natureza diferente que sociedades bancárias ou financeiras?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Eu não sei quem é que a Caixa Geral de Depósitos contactou. Fiquei admirado, há dias, por ter ouvido ou lido que foram uma dezena ou mais de pessoas que manifestaram intenção, fiquei admirado, pensei que eram menos...

Mas vou dizer como é que estávamos a fazer e admito que o BPN também o tenha feito: isto faz-se, normalmente, através de grandes empresas e nós fizemo-lo através da Morgan Stanley, que tem bancos, tem fundos de investimento, tem fundos soberanos e é sempre por aí que vamos... Não sei se a administração do BPN sob a supervisão da Caixa fez isso ou não, nós faríamos isso, de certeza absoluta, mas não sei se eles fizeram isso ou não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Mas a restrição do universo de compradores a entidades bancárias tornou ou não a venda um processo mais difícil?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. João Meira Fernandes.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr. Deputado, o meu *handicap* veio ao de cima: não percebi a primeira parte da pergunta.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Dr., estava a perguntar-lhe se o facto de a venda ter ficado restringida a entidades bancária foi ou não um elemento que tornou a venda mas difícil.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Sr. Deputado, admito que sim, pois quanto maior é o número de interessados maior a facilidade...

Admito, não sei, que o facto de terem contactado com bancos é mais fácil: são empresas do setor, conhecem as regras, são conhecidas no mercado, mas há casos e casos em que os titulares ou acionistas não são bancos, há muitos bancos que são de fundos soberanos. Recordo que havia um fundo de, salvo erro, dentistas na Alemanha que possuía bancos e depois nomeiam uma gestão profissional...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Bom, agora fui eu quem não ouviu bem. Um fundo de quê?

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — De dentistas.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Ah, então, ouvi mesmo bem! Os médicos têm muito jeito para o negócio, de facto. Até já há fundos para adquirir bancos... É fantástico! Isto para não falar dos engenheiros... Então os engenheiros de almas ainda são piores...

*Risos.*

Duas últimas perguntas. A primeira é sobre o valor por que acabou por ser vendido o Banco, 40 milhões de euros. Gostava de ouvir um comentário seu sobre esse valor e se alguma vez, ao longo destes últimos anos e sempre que se falou em privatização, imaginou que o Banco pudesse ser vendido por um valor tão baixo.

A segunda pergunta relaciona-se também com isto.

Mas deixo-o responder à primeira e depois colocarei a seguinte.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. João Meira Fernandes, faça favor.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Para saber se o valor de 40 milhões é justo, digamos, se é um valor correto ou não teria de saber quais foram os passivos e os ativos que entraram. Não faço a mínima ideia.

E não faço ideia de uma coisa mais importante: não sei quais são — se é que há e provavelmente haverá e se eu comprasse ou o sugerisse a alguém imporia isto que vou dizer — os compromissos com a Caixa, mas admito, o que não me parece incorreto, que o comprador, além do preço que paga, imponha outras condições.

Caso concreto. Vamos imaginar que o único depositante é a Caixa Geral de Depósitos. Se um banco, qualquer que seja, compra um banco por 40 milhões, ou até de graça, e no dia seguinte o fornecedor de liquidez a retira, o banco cai. Portanto, admito que mais importante do que saber se 40 milhões foi um preço baixo ou alto é saber quais são os compromissos, se é que os há, e deve haver, de manutenção dos depósitos da entidade vendedora, por quanto tempo e em que condições.

Mas, à partida, 40 milhões, não posso... Senão cometeria o mesmo erro que disse há bocadito que foi cometido no projeto que diz que o valor de um banco deve ser feito pela avaliação patrimonial. Não é! Tem de se

fazer o estudo dos fluxos de caixa descontados e só vendo isso é que se veria. Mas é fácil fazer. A Deloitte faz isso em duas semanas, num instante.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Semedo, faça favor.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Julgo que a resposta do Sr. Dr. quase anula a minha pergunta seguinte e última, mas que faço na mesma porque foi um das questões mais discutidas no domínio da Comissão Europeia, que é a de saber se sim ou não este banco BIC, agora constituído desta forma, é uma unidade bancária viável.

Enquanto conhecedor do mercado, quero perguntar-lhe se considera que este banco tem viabilidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. João Meira Fernandes, faça favor.

O Sr. Dr. **João Meira Fernandes**: — Não me atrevo a responder. Não posso atrever-me a responder.

Há uma coisa que de certeza aconteceu, tem de ter acontecido: a supervisão bancária vai estar muito mais atenta. Conheço pessoalmente muito bem o Dr. Carlos Costa e sei do seu grau de exigência. Não conheço as pessoas do Banco de Portugal mas devem andar tão preocupadas com as duas situações infelizes que ocorreram que agora devem estar muito mais atentas. Pelo menos, a atenção deve estar agora mais em cima da mesa.

O Sr. **João Semedo** (BE): — É tudo, Sr. Dr., muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, concluimos a primeira ronda e não tenho qualquer inscrição para uma segunda ronda, pelo que vamos dar

por concluída esta audição, agradecendo ao Sr. Dr. João Meira Fernandes a sua presença e as respostas que deu às questões que colocámos.

Vamos agora fazer uma breve interrupção, de 5 minutos, após o que pediremos aos serviços para fazerem entrar o Sr. Dr. Fernando Lima.

*Eram 18 horas e 14 minutos.*